

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

BCBF Participações S.A.

Prezados Senhores:

A Administração da BCBF Participações S.A. submete à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório do Auditor Independente, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Mensagem da Administração

Somos uma das maiores empresas de assistência à saúde no Brasil de acordo com os principais indicadores da Agência Nacional de Saúde (ANS). Oferecemos planos corporativos de assistência à saúde e também planos odontológicos, provendo serviços de qualidade com custo-benefício atrativo, principalmente para a classe média brasileira. Acreditamos que nosso modelo diferenciado de atendimento no qual, caracterizado por uma estrutura verticalmente integrada, representada por nossa rede própria de hospitais, prontos-socorros e clínicas, permitiu que nos destacássemos entre as principais operadoras de planos de assistência à saúde no Brasil.

A captação de recursos através das ofertas primárias buscou manter uma estrutura balanceada de capital para permitir que a Companhia acelerasse seu processo de crescimento através de aquisições de operadoras verticalizadas em mercados adjacentes, sempre almejando ativos sinérgicos à nossa operação. Além da aquisição dos grupos Cruzeiro do Sul em Osasco (fevereiro de 2018) e Samed em Mogi das Cruzes (outubro de 2018) que foram concluídas em 2018, anunciamos também a compra do grupo Greenline (concluída em janeiro de 2019) e do grupo Mediplan (Sorocaba).

Com isso, o GNDI fechou o ano de 2018 na 4ª posição em número de beneficiários em Saúde, com 2,2 milhões de vidas. No Estado de São Paulo, o Grupo encerrou o ano na 2ª posição em número de beneficiários, representando aumento do *market share* de 10,1% em 2017 para 10,8% em 2018. Já no segmento de planos odontológicos, o grupo manteve a 3ª posição no ranking da ANS em número de beneficiários, com 1,9 milhão de vidas, que são atendidos por meio de uma rede de mais de 15.000 dentistas presente em mais de 1.000 municípios. O segmento odontológico oferece oportunidades interessantes de *cross-selling*, permitindo-nos continuar a construir e fortalecer a fidelidade com os nossos clientes. Hoje, 72% da base de contratos de planos de saúde de clientes corporativos inclui planos odontológicos.

A Receita Operacional Líquida da Companhia apresentou crescimento de 15,7% atingindo R\$ 6,1 bilhões, fruto da contínua expansão no número de beneficiários e do aumento de ticket médio dos planos de saúde, além das aquisições já mencionadas. As aquisições também contribuíram, para o crescimento da receita de venda de serviços hospitalares para outros planos de saúde, estratégia utilizada para aproveitar a capacidade instalada da rede própria e otimizar os resultados. O faturamento bruto referente a esta linha de negócio cresceu 28,2%, passando de R\$ 437,7 milhões em 2017 para R\$ 561,0 milhões em 2018.

Ao longo de 2018, o Grupo Notre Dame Intermédica fortaleceu os pilares do seu modelo de negócio por meio da estratégia de crescimento (M&A e orgânico) nos seus mercados-alvo e a constante preocupação em aprimorar a qualidade dos serviços médico-hospitalares prestados principalmente através da nossa rede própria, cujos incessantes investimentos buscam a melhoria contínua no atendimento aos nossos beneficiários.

Histórico GNDI

"Tornar saúde de qualidade acessível a gerações de Brasileiros"

Ao seortar pelo preço justo, prevenção e medicina resolutive, o Grupo Notre Dame Intermédica tem guiado suas operações nos últimos 50 anos de forma a oferecer a seus associados uma solução de qualidade superior no mercado de saúde suplementar.

A Companhia atua em duas linhas principais de negócio:

Operações de saúde, que contemplam **planos corporativos de assistência à saúde**, com ampla gama de escolha entre produtos com acesso majoritário à nossa Rede Própria de hospitais, prontos-socorros e clínicas além de extensa rede de prestadores credenciados; e **serviços hospitalares** nas regiões em que o Grupo Notre Dame Intermédica detém Rede Própria, atendendo também aos associados de outras operadoras ou pacientes particulares;

Planos corporativos de assistência odontológica, que garantem atendimento odontológico de qualidade em milhares de prestadores credenciados em todo o Brasil.

Para agregar essas linhas de negócio, a Companhia entende que pode tanto garantir a sua sustentabilidade financeira quanto otimizar a experiência do cliente corporativo e do beneficiário final. Isso é possível graças ao modelo verticalizado de atendimento à saúde: hospitais próprios garantem que não haverá procedimentos desnecessários, reduzindo a pressão de custos ao cliente e os riscos ao paciente. Ao mesmo tempo, a associação de planos odontológicos e de saúde oferece ao cliente o acesso completo à saúde.

Desde o início das operações em 1968, a Companhia se dedica à Medicina Preventiva, tornando-se pioneira na Saúde Suplementar quanto a esse tipo de atenção. Entendemos que a prevenção de doenças é o caminho mais sustentável para o Grupo e para o setor de saúde ao trazer melhor qualidade de vida para pacientes. Os resultados desse trabalho são vistos nos custos assistenciais controlados da Companhia.

Cenário macroeconômico e setorial

Apesar da instabilidade política gerada pelas eleições em 2018, o Brasil assistiu a uma continuidade no processo de melhoria dos principais indicadores macroeconômicos, todavia longe do potencial de crescimento do país.

A inflação ao consumidor medida pelo IPCA atingiu 3,75% em 2018, maior que em 2017 (2,95%), mas ainda dentro da meta de inflação, ao passo que a taxa básica de juros foi reduzida de 7,0% desde o final de 2017 para 6,5% em 2018. Por outro lado, a inflação médica ainda se manteve em patamar elevado, atingindo 16,9% no período de doze meses findo em 31 de março de 2018, segundo dados do Instituto de Estudos de Saúde Suplementar (IESS).

O Produto Interno Bruto apresentou crescimento de 1,1% nos 9 primeiros meses de 2018, indicador próximo ao de 2017 (1,0%), todavia muito superior ao biênio de 2015-2016, que apresentou uma queda de 3,8% e 3,6%, respectivamente.

A taxa de desemprego vem caindo gradualmente e encerrou dezembro de 2018 em 11,6%, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Além disso, houve criação de 425 mil postos formais entre janeiro e dezembro de 2018, segundo o CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados).

Uma vez que a cobertura de saúde suplementar tem forte relação com quantidade de empregos formais - cerca de 67% dos beneficiários detinham apólices de planos coletivos em dezembro de 2018 - o setor de saúde vem mostrando sinais de recuperação frente a períodos anteriores. Enquanto em 2017 houve perda de 0,4 milhão de beneficiários (0,8%) ante dezembro de 2016, durante 2018 o ganho foi de 0,2 milhão beneficiários (0,4%) comparado a dezembro de 2017. Ao terminar o ano com 47,3 milhões de beneficiários de planos de saúde, a taxa de cobertura nacional permaneceu estável em 22,7%, segundo dados da ANS.

O Grupo Notre Dame Intermédica se manteve resiliente frente às adversidades. Em dezembro de 2018, atingimos a marca de 2,2 milhões de beneficiários de planos de saúde, o que representou um aumento de 6,7% em relação a dezembro de 2017 e alcançamos 1,9 milhão de beneficiários de planos odontológicos, com um expressivo crescimento de 24,4% na base de beneficiários em relação a dezembro 2017.

Crescimento por aquisições (M&A)

Continuamos em 2018 com a expansão de nossas operações através de aquisições bastante estratégicas para nosso negócio. Em fevereiro, concluímos a aquisição do Grupo Cruzeiro do Sul, que contava com uma carteira de 48 mil beneficiários, um hospital com 154 leitos, 5 centros clínicos, 2 prontos-socorros e um laboratório de análises clínicas. Ao longo de 2018, o Hospital Cruzeiro do Sul de Osasco passou por uma série de reformas para a melhoria de sua infraestrutura e ampliação da capacidade de atendimento. No início de agosto foram concluídas as reformas das salas cirúrgicas, dos leitos de UTI e de parte dos leitos de internação, o que fez com que o hospital pudesse absorver todo o volume de atendimentos do Hospital e Maternidade Renascença, também localizado em Osasco, que teve suas atividades encerradas.

Em outubro, concluímos a aquisição do Grupo do Samed, que possui uma carteira de aproximadamente 80 mil beneficiários de planos de saúde, sendo 92% pertencentes à categoria Corporativo/PME e 6% de planos de adesão, abrangendo principalmente os municípios de Mogi das Cruzes, Suzano, Itaquaquecetuba, Poá e Arujá. Além da carteira, o Grupo Samed conta com um hospital geral com 102 leitos, sendo 20 leitos de UTI, localizado em Mogi das Cruzes, três centros clínicos, sendo um em Mogi das Cruzes e dois em Suzano, e um laboratório de análises clínicas com seis pontos de coleta.

Outro marco importante ocorrido em julho foi a assinatura de um acordo de intenção de compra do Grupo Mediplan Sorocaba, que conta com uma carteira de aproximadamente 80 mil beneficiários abrangendo principalmente os municípios de Sorocaba, Votorantim e Boituva e um hospital com 156 leitos sendo 24 leitos de UTI, localizado na cidade de Sorocaba. A conclusão da compra está prevista para o segundo trimestre de 2019.

Por fim, em setembro, assinamos o acordo de intenção de compra do Grupo GreenLine, que possui dois hospitais gerais, totalizando 557 leitos, além de dez prontos socorros, nove centros clínicos, laboratório de análises clínicas e 464 mil beneficiários. Em 2017, o Grupo GreenLine registrou faturamento consolidado de aproximadamente R\$ 1,0 bilhão.

Expansão Orgânica de Nossa Rede Própria de Atendimento

Nos últimos anos um amplo programa de reforma de hospitais e centros clínicos tem sido implementado com o objetivo de aprimorar ainda mais a rede oferecida aos nossos beneficiários. Em 2018, o Hospital Frei Galvão, em Santos, teve o novo centro cirúrgico e central de materiais esterilizados inaugurados, assim como o Hospital São Bernardo já teve as áreas de exames e medicação, central de materiais esterilizados e um pavilhão com 26 leitos reformulados. Ademais, as obras do Hospital Samci, localizado no Rio de Janeiro, foram finalizadas, já tendo sido inauguradas as novas salas cirúrgicas, além dos leitos de UTI e de internação para atendimento de pacientes adultos, área de exames e central de materiais esterilizados, área de emergência e recepção. O Hospital Modelo, localizado em Sorocaba, também passou por reformas e teve o novo centro obstétrico e a área de exames inaugurados.

Complementando nossa moderna rede de hospitais na região metropolitana de São Paulo, que encerrou 2018 com 13 hospitais (em 2014 eram apenas 4 hospitais), passamos a oferecer para nossos clientes a comodidade de unidades de Pronto Atendimento 24 horas por dia, que não somente ampliam nossa capacidade de atendimento, mas também nos aproximam de nossos clientes com modernidade e agilidade de atendimento de emergência, consultas, agendas, exames e pequenos procedimentos. Em 2018 inauguramos duas unidades de Pronto Atendimento 24 horas: Cotia e Arujá. O Grupo também inaugurou o novo Centro Clínico de São Gonçalo, no Rio de Janeiro, que opera desde setembro de 2018 com capacidade instalada de 12 consultórios.

A estratégia de verticalização foi reforçada com o lançamento da marca NotreLabs, que tem como objetivo aproveitar a estrutura de medicina diagnóstica já existente em diversos dos ativos adquiridos ao longo dos últimos anos aumentando, desta forma, o número de exames realizados dentro da rede do Grupo. No intuito de melhorar ainda mais o serviço ofertado e concentrar a operação laboratorial, a Companhia planeja a expansão do Núcleo Técnico Operacional para atingir uma capacidade de processamento de cerca de três milhões de exames por mês. Com foco em análises clínicas, o laboratório NotreLabs passa a oferecer mais de 2 mil tipos de exames e já nasce com uma capacidade instalada de 500 mil exames por mês, com 28 pontos de coleta dentro de Centros Clínicos e Prontos-socorros, além de operar os laboratórios dentro de diversos hospitais próprios.

Em 31 de dezembro de 2018 a rede própria do Grupo Notre Dame Intermédica era composta por 18 hospitais, 25 prontos-socorros, 67 centros clínicos e 10 unidades de tratamento preventivo.

A busca pelo aprimoramento contínuo da qualidade e excelência na prestação de serviços de assistência integral à saúde é incessante e por isso continuamos a realizar investimentos relevantes em nossos ativos e operações. Como reconhecimento deste aprimoramento obtivemos em 2018 a acreditação ONA 1 nos hospitais Family e Intermédica ABC, ONA 2 nos hospitais Bosque da Saúde e Santa Cecília e acreditação ONA 3 nos hospitais Sacrecoeur e Paulo Sacramento. A Companhia conta, atualmente, com 11 hospitais certificados pela Organização Nacional de Acreditação ("ONA") e um hospital com certificação de qualidade Omsultum pela *Accreditation Canada International*.

Os resultados obtidos em 2018 fortalecem nossa certeza de que estamos no caminho certo, oferecendo uma proposta de valor inigualável a nossos clientes, provendo atendimento de qualidade a preços acessíveis.

Desempenho Econômico-Financeiro

A Receita Operacional Líquida consolidada cresceu 15,7% no período, passando de R\$ 5,3 bilhões em 2017 para R\$ 6,1 bilhões em 2018, tendo sido observado crescimento em cada uma das nossas principais linhas de receita: planos de saúde, planos odontológicos e venda de serviços médico-hospitalares para outros planos de saúde e particulares.

O Custo dos Serviços Prestados manteve-se relativamente estável, mas continuamos a observar uma contínua melhoria nos nossos custos-caixa (excluído as provisões para PEONA, SUS e depreciação) que foram diluídos de 72,5% da receita líquida em 2017 para 71,5% em 2018. O controle do custo tem, como principal alavanca, nossa estratégia de verticalização, que permite melhor controle da cadeia na prestação de serviços médicos aos nossos beneficiários. Uma vez atingida a completa integração das aquisições realizadas ao longo de 2018, esperamos a continuidade dos ganhos obtidos na frente de custos médico-hospitalares.

As despesas operacionais, incluindo administrativas, comerciais, créditos de liquidação duvidosa e outras também foram diluídas, passando de 10,3% em 31 de dezembro de 2017 para 8,8% em 31 de dezembro de 2018, fruto de uma busca constante por melhorias de produtividade. A produtividade se traduz em ganho de escala conforme crescemos nosso negócio e adquirimos novas empresas com significativos ganhos de sinergia.

Durante o exercício de 2018, a Companhia realizou R\$ 73,1 milhões de imposto de renda e contribuição social diferido, sem desembolso de caixa. Essa rubrica representa o crédito fiscal, substancialmente sobre os ágio oriundos das aquisições realizadas pela Companhia.

Sendo assim, o lucro líquido do exercício findo em dezembro de 2018 atingiu R\$ 461,5 milhões, um crescimento de 23,6% em relação ao ano anterior.

Investimento de Capital

No ano de 2018, a Notre Dame Participações S.A. e suas controladas mantiveram o ritmo de investimentos tendo investido R\$ 223,4 milhões em expansões, reformas, melhorias. Além disso, o montante de R\$338,5 milhões foi destinado para a aquisição dos grupos Cruzeiro do Sul em Osasco e Samed em Mogi das Cruzes.

Endividamento

Em 31 de dezembro de 2018, o endividamento total (representado pela soma dos empréstimos e financiamentos e debêntures - circulante e não circulante), da Companhia atingiu o montante total de R\$ 937,3 milhões, já o montante de caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 136,7 milhões, demonstrando a capacidade de geração de caixa da companhia.

A Companhia, por meio de suas controladas direta e indireta, possuía, em 31 de dezembro de 2018, duas séries de debêntures, somando R\$ 658,1 milhões com as seguintes características:

- (i) Segunda Emissão da BCBF: R\$ 300 milhões de valor original; vencimento até 2021; remuneração CDI+2,25%;
- (ii) Segunda Emissão da Notre Dame Intermédica Saúde: R\$ 350 milhões de valor original; vencimento até 2019; remuneração equivalente a 108,5% do CDI.

O refinanciamento de nossa dívida foi um dos fatos importantes ocorridos em 2018. Com os recursos levantados pelas debêntures, foram pré-pagas duas debêntures, permitindo taxas menores, prazos mais longos e garantias condizentes com a realidade da Companhia, solidificando ainda mais a saúde financeira do grupo Notre Dame Intermédica.

Gestão de Pessoas

Em 2018, a área de Recursos Humanos fortaleceu a cultura organizacional da Companhia, enraizando o espírito empreendedor com uma abordagem profissional e única. A Companhia acredita que uma equipe comprometida com o cliente e experiente no setor de assistência à saúde constitui vantagem competitiva decisiva no complexo mercado de atuação.

Além disso, ao longo de 2018, a Companhia buscou fortalecer dois pilares estratégicos: acolhimento e qualidade. O GNDI acredita que acolhimento é comportamento chave para uma organização focada no cliente. Diversas atividades foram desenvolvidas para reforçar o engajamento dos colaboradores no acolhimento ao beneficiário. Além disso a preocupação com a assistência ao paciente é foco de toda equipe e para tanto ampliamos significativamente o número de credenciações das nossas unidades assistenciais, incluindo uma certificação internacional.

O número de colaboradores da Companhia passou de 10.951 em dezembro de 2017 para 12.357 colaboradores em dezembro de 2018, um aumento de 12,8%. Esse aumento deu-se principalmente, em função das aquisições realizadas ao longo do ano de 2018, abertura de novas unidades e o lançamento da marca NotreLabs, ampliando a categoria denominada assistencial (funcionários diretamente ligados às atividades de assistência à saúde).

A Região Metropolitana de São Paulo concentra aproximadamente 76% do total de colaboradores da Companhia, por abranger também a maior parte dos nossos beneficiários, além de 13 dos 18 hospitais e a sede administrativa.

Relacionamento com Auditor Independente

Ao longo do exercício de 2018, a Companhia utilizou os serviços de auditoria independente da Ernst Young Auditores Independentes S.S. ("EY") para realizar auditoria e emitir relatórios sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. A administração da Companhia informa que tem como política não contratar o auditor independente em serviços de consultoria que possam gerar conflitos de interesse. A administração e seu auditor independente entendem que os serviços mencionados não geram conflitos de interesse e, portanto, não apresentam riscos de independência de acordo com as regras vigentes no Brasil.

A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2018	2017	31 de dezembro de 2018	2017
Circulante		46.686	12.924	1.916.321	1.830.425
Caixa e equivalentes de caixa	7	33	890	136.797	27.796
Aplicações financeiras	8	4.720	32	930.578	1.186.923
Contas a receber de clientes	9	-	-	332.322	266.411
Estoques		-	-	37.696	28.762
Despesas de comercialização diferidas	10	-	-	143.583	105.960
Créditos tributários e previdenciários	11	14.702	12.002	61.686	39.306
Outros ativos	12	27.231	-	273.659	175.267
Não circulante		2.135.752	1.387.587	2.943.169	2.314.595
Aplicações financeiras	8	-	-	28.478	49.271
Impostos diferidos ativo	13	-	-	378.604	438.110
Despesas de comercialização diferidas	10	-	-	112.727	116.885
Depósitos judiciais e fiscais	14	-	-	265.443	227.617
Outros ativos	12	-	12.314	336.388	193.968
Investimentos	15	2.135.752	1.375.273	412	-
Imobilizado	16	-	-	885.201	625.201
Intangível	17	-	-	935.916	663.543
Total do ativo		2.182.438	1.400.511	4.859.490	4.145.020

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Notas	Controladora		Consolidado		
	31 de dezembro de 2018	2017	31 de dezembro de 2018	2017	
Receita operacional líquida	25	-	-	6.135.217	5.304.923
Custos dos serviços prestados	26	-	-	(4.471.980)	(3.908.979)
Resultado Bruto		-	-	1.663.237	1.395.944
Despesas administrativas	27.a	(4.790)	(5.167)	(644.243)	(583.643)
Despesas comerciais	27.b	-	-	(298.971)	(204.213)
Perda de recuperabilidade sobre créditos	27.c	-	-	(41.724)	(56.362)
Equivalência patrimonial	15	476.765	401.896	-	-
Outras receitas líquidas	27.d	20.305	(10)	45.118	34.522
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		492.280	396.719	723.417	586.248
Receitas financeiras	28	2.765	780	109.543	102.196
Despesas financeiras	28	(33.170)	(44.670)	(144.960)	(143.982)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		461.875	352.829	688.000	544.462
Imposto de renda e contribuição social - corrente	13	(292)	-	(131.320)	(111.890)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	13	-	-	(95.097)	(79.743)
Lucro líquido do exercício		461.583	352.829	461.583	352.829

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Notas	Controladora		Consolidado		
	31 de dezembro de 2018	2017	31 de dezembro de 2018	2017	
Lucro líquido do período		461.583	352.829	461.583	352.829
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício		461.583	352.829	461.583	352.829

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Notas	Reservas de lucros		Resultado do exercício	Total	
	Capital social	Reserva de capital			Legal
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.213.080	(763.491)	15.770	305.179	770.538
Lucro líquido do exercício	-	-	-	352.829	352.829
Reserva legal	-	-	17.641	(17.641)	-
Reserva estatutária	-	-	283.193	(283.193)	-
Dividendos distribuídos	-	-	(1.200)	(51.995)	(53.195)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.213.080	(763.491)	33.411	587.172	1.070.170
Adoção do IFRS15 em 1 de Janeiro de 2018	-	-	(5.725)	-	(5.725)
Aumento de capital	350.000	-	-	-	350.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	461.583	461.583
Reserva legal	-	-	23.079	(23.079)	-
Reserva estatutária	-	-	435.954	(435.954)	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	(2.550)	(2.550)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.563.080	(763.491)	56.490	1.017.401	1.873.480

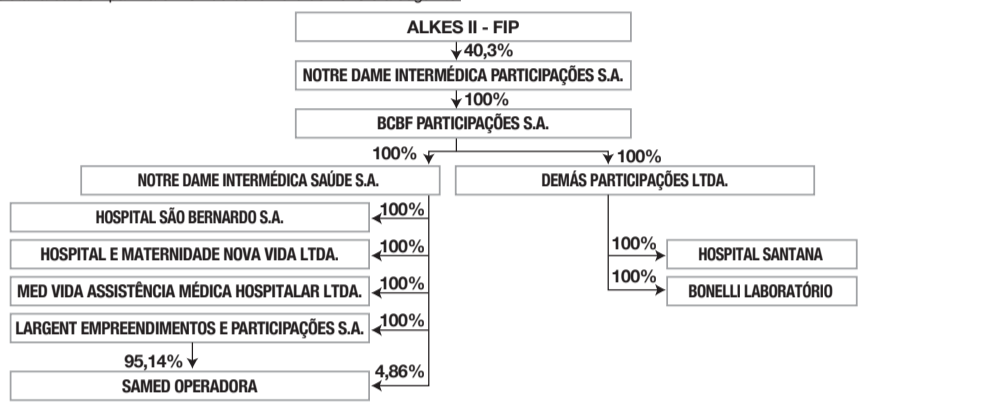
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Notas	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	2017	31 de dezembro de 2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais:				
Lucro líquido do exercício		461.583	352.829	461.583
Depreciações e amortizações	16 e 17	-	-	62.110
Equivalência patrimonial	15	(476.765)	(401.896)	-
Atualização monetária contingência e depósitos judiciais	14 e 23	-	-	14.089
Ajuste a mercado sobre aplicações financeiras	8.a	-	-	20
Receitas com aplicações financeiras	8.a	(918)	(2)	(72.033)
(Receita) / Despesas com variação cambial				

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A BCBF Participações S.A. (doravante denominada por "Companhia" ou "BCBF") empresa controlada pela Notre Dame Intermédica Participações S.A. é uma "holding" de capital fechado que tem como objetivo social a participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, acionista ou quotista, com sede em São Paulo na Avenida Paulista, nº 867.
 A Companhia é controladora direta do Grupo Notre Dame Intermédica composta pelas empresas Notre Dame Intermédica Saúde S.A. ("Intermédica"), Hospital São Bernardo, Med Vida Assistência Médica Hospitalar Ltda., Hospital Maternidade Nova Vida Ltda. e Grupo SAMED, composta pelas empresas Samed - Serviços de Assistência Médica, Odontológica S.A., Laboratório de Análises Clínicas Pedro Bonelli S.A., Casa de Saúde Maternidade Santana S.A., Largent Participações Ltda e Demás Participações S.A. As Controladas Diretas e Indiretas são entidades de capital fechado reguladas ou não pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e têm por objeto social a prestação de serviços nos campos de medicina, odontologia, hospitalar e de medicina ocupacional abrangendo a operação de hospitais, laboratórios e centros clínicos próprios por meio da celebração de contratos de assistência médica com pessoas físicas e jurídicas, entidades públicas ou privadas e participações.
2. AQUISIÇÕES E REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS
 O Grupo Notre Dame Intermédica por meio do seu plano estratégico de contínuo crescimento e expansão por via de aquisições e reestruturação societária, realizou os seguintes eventos no período findo em 31 de dezembro de 2018:
 a) Venda RH Vida Saúde Ocupacional Ltda.
 Em 1 de novembro de 2018 a Companhia vendeu sua participação na controlada indireta RH Vida Saúde Ocupacional Ltda. para RHMED Consultores Associados S.A. a transferência de controle acionários ocorreu em 31 de outubro de 2018 para a RHMED Consultores Associados S.A.
 Em 28 de maio de 2018 a Notre Dame Participações S.A. aprovou a cessão de todos os contratos relativos a prestação de serviços de saúde ocupacional da Notre Dame Intermédica Saúde S.A. para a RH Vida Saúde Ocupacional Ltda., subsidiária integral da saúde ocupacional da controlada entre as partes.
 A venda da RH Vida Saúde Ocupacional foi aprovada pelo Conselho de Administração em 21 de junho de 2018 e ocorreu após a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE por meio do ato de concentração nº 08700.0003775/2018-99.
 b) Aquisição - Grupo SAMED
 Em 23 de outubro de 2018 o grupo Notre Dame Intermédica assumiu o controle das empresas do Grupo SAMED.
 Em 15 de outubro de 2018 a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) aprovou por meio do ofício nº 78/2018/ASSNT - DIOPE/DIRAD-DIOPE/DIOPE a aquisição do grupo SAMED pelo Grupo Notre Dame Intermédica.
 Em 26 de setembro de 2018 a transação havia sido aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa do Consumidor (CADE) por meio do ato de concentração nº 08700.004374/2018-56.
 c) Aquisição e Incorporação - Grupo Cruzeiro do Sul
 Em 22 de fevereiro de 2018, a controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A. assumiu o controle do Grupo Cruzeiro do Sul, compostos pelas empresas Laboratório de Análises Clínicas Cruzeiro do Sul Ltda., Organização Médica Cruzeiro do Sul S.A. e Cruzam - Cruzeiro do Sul Serviços de Assistência Médica S.A., localizada na região de Osasco.
 Essa aquisição foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa do Consumidor (CADE) datado em 26 de janeiro de 2018 e pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) em 19 de janeiro de 2018.
 Conforme Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 2 de julho de 2018, foi aprovado o Protocolo de incorporação e justificação para incorporação das empresas Laboratório de Análises Clínicas Cruzeiro do Sul Ltda., Organização Médica Cruzeiro do Sul S.A. e Cruzam - Cruzeiro do Sul Serviços de Assistência Médica S.A. pela controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A. O Laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil das empresas do Grupo Cruzeiro foi emitido em 29 de junho de 2018 por empresa independente.
 Em 04 de setembro de 2018 a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) aprovou o Ofício nº 73/2018/ASSNT - DIOPE/DIRAD-DIOPE/DIOPE de incorporação das empresas do Grupo Cruzeiro pela controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A.
 A incorporação ocorreu tendo em vista que a empresa pertence ao Grupo Notre Dame Intermédica e seu objetivo é racionalizar e unificar as atividades administrativas, bem como conquistar ganhos e sinergia operacional.
 d) Incorporação - SAMCI
 Conforme Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 2 de janeiro de 2018, foi aprovado o Protocolo de incorporação e justificação para incorporação da empresa Tijuca - Serviços de Assistência Médica Cirúrgica Infantil Ltda. (doravante denominada SAMCI) pela controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A. O Laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil da SAMCI foi emitido em 28 de dezembro de 2017 por empresa independente.
 A incorporação ocorreu tendo em vista que a empresa pertence ao Grupo Notre Dame Intermédica e seu objetivo é racionalizar e unificar as atividades administrativas, bem como conquistar ganhos e sinergia operacional.
 e) A estrutura societária da Companhia em 31 de dezembro de 2018 é a seguinte:



3. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
a) Declaração de conformidade
 As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e apresentam informações comparativas em relação ao período anterior.
 A Companhia, ao elaborar estas demonstrações financeiras, utiliza os seguintes critérios de divulgação: (i) requerimentos regulatórios; (ii) relevância e especificidade da informação das operações da Companhia aos usuários; e (iii) necessidades informacionais dos usuários das demonstrações financeiras. Assim, a Administração confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na gestão da Companhia e suas controladas.
 As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2019.
b) Base de consolidação
 As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2018. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.
 Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver:
 • Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
 • Exposição ou direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida;
 • A capacidade de usar seu poder em relação à investida para afetar os resultados.
 Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto ou semelhantes de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:
 • O acordo contratual com outros detentores de voto da investida;
 • Os direitos originados de acordos contratuais;
 • Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia.
 A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores da Companhia, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores.
 Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo Grupo, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação.
 A participação na participação societária é controlada, sem perda de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é dada baixa nos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido a valor justo.
 Para melhor comparabilidade, algumas rubricas dos quadros que compõem as notas explicativas foram reclassificadas dentro do próprio grupo, sem alterar o saldo do grupo.
 As controladas incluídas na consolidação, todas com sede no Brasil, são as seguintes:

Principal atividade	Referência	31 de Dezembro de 2018		Participação Acionária 31 de dezembro de 2017	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Notre Dame Intermédica Saúde S.A.		100,00%	-	100,00%	-
Hospital e Maternidade Nova Vida Ltda.		-	100,00%	0,001%	99,999%
Med Vida Assistência Médica Hospitalar Ltda.		-	100,00%	0,003%	99,997%
Hospital São Bernardo S.A.		100,00%	-	-	100,00%
RH Vida Saúde Ocupacional Ltda.		100,00%	-	-	-
Demás Participações Ltda.	(a)	100,00%	-	-	-
Hospital e Maternidade Santana S.A.	(b)	-	100,00%	-	-
Laboratório de Análises Pedro Bonelli Ltda.	(b)	-	100,00%	-	-
Largent Empreendimentos e Participações S.A.	(c)	-	100,00%	-	-
Samed Operadora S.A.	(c)	-	100,00%	-	-

(a) Empresa vendida em 1 de novembro de 2018, empresa controlada direta BCBF Participações S.A., vide nota 2.a.
 (b) Controle da Empresa adquirido em 23 de outubro de 2018, empresa controlada direta BCBF Participações S.A., vide nota 2.b.
 (c) Controle da Empresa adquirido em 23 de outubro de 2018, empresa controlada direta da Notre Dame Intermédica Saúde S.A., vide nota 5.
c) Comparação das denominações entre as demonstrações requeridas pela IFRS e ANS
 O impacto das mudanças de acordos contratuais, a exerce atividade regulada no setor de planos de saúde e odontológica, onde apresenta suas demonstrações financeiras com base na RN 418/16. A Companhia até 31 de dezembro de 2017 apresentou as suas informações financeiras no modelo da Resolução Normativa citada. A partir do exercício de 2018 a Administração da Companhia optou em apresentar suas demonstrações financeiras de acordo com o requerido pelas CPC/IFRS, sendo que o efeito restringiu-se a contabilização de certos saldos operacionais anteriormente apresentados de forma mais detalhada para fins de CNS. Não houve alteração em práticas contábeis ou nos saldos dos grupos de contas.
d) Moeda funcional e de apresentação
 As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional definida para a Companhia e suas controladas.
e) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas
 A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração registre determinados ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Os valores reais de liquidação das operações de negócios podem divergir significativamente dos registrados nas demonstrações financeiras em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação.
 As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados.
 As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:
 • Avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente;
 • Perda de recuperabilidade sobre créditos;
 • Recuperabilidade de imposto de renda e contribuição social diferidos;
 • Teste de redução ao valor recuperável de ativos;
 • Transações com pagamentos baseados em ações;
 • Provisões para ações judiciais; e
 • Liability Adequacy Test (LAT).
f) Segregação entre circulante e não circulante
 A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:
 • Espera-se que seja realizado, ou pretenda-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade.
 • Está mantido essencialmente com propósito de ser negociado.
 • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço.
 • É caixa ou equivalente de caixa (conforme Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.
 Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:
 • O impacto das mudanças de acordos contratuais, a exerce atividade regulada no setor de planos de saúde e odontológica, onde apresenta suas demonstrações financeiras com base na RN 418/16. A Companhia até 31 de dezembro de 2017 apresentou as suas informações financeiras no modelo da Resolução Normativa citada. A partir do exercício de 2018 a Administração da Companhia optou em apresentar suas demonstrações financeiras de acordo com o requerido pelas CPC/IFRS, sendo que o efeito restringiu-se a contabilização de certos saldos operacionais anteriormente apresentados de forma mais detalhada para fins de CNS. Não houve alteração em práticas contábeis ou nos saldos dos grupos de contas.
 • Está mantido essencialmente para finalidade de ser negociado.
 • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço.
 • A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.
 A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.
 Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.
g) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e serão efetivos a partir do exercício social a iniciar-se em 1º de janeiro de 2019
 A Administração está em processo de avaliação e mensuração dos impactos na adoção das seguintes normas/interpretações:
CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Operações de arrendamento mercantil
 A IFRS 16 substitui as orientações existentes na CPC 06 (R1)/IAS 17 e correspondentes interpretações e estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e valores reais de liquidação das operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários, sendo:
 • Arrendamentos de ativos de "baixo valor" (por exemplo, computadores pessoais e móveis de escritório) e;
 • Arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos).
 Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.
 Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento com um ajuste ao ativo de direito de uso.
 De acordo com a IAS 17, todos os pagamentos de arrendamentos operacionais são apresentados como parte dos fluxos de caixa de atividades operacionais. O impacto das mudanças de acordos contratuais, a exerce atividade regulada no setor de planos de saúde e odontológica, onde apresenta suas demonstrações financeiras com base na RN 418/16 seria a redução do caixa gerado pelas atividades operacionais e o aumento do caixa líquido usado nas atividades de financiamento pelo mesmo valor.
 Não há alteração substancial na contabilização dos arrendadores com base na IFRS 16 em relação à contabilização atual de acordo com a IAS 17. Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação da IAS 17, distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros.
 A IFRS 16, que vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na IAS 17.
Transição para a IFRS 16
 A Companhia planeja adotar a IFRS 16 a partir do exercício social iniciado em 01 de janeiro de 2019. A Companhia selecionou como método de transição a abordagem retrospectiva modificada, com o efeito cumulativo de aplicação inicial deste novo pronunciamento registrado como ajuste ao saldo de abertura do patrimônio líquido e sem a representação de períodos comparativos. A Companhia optou por não utilizar o expediente prático que permite não reavaliar se o contrato de ou contém um arrendamento no transição para a IFRS 16. Consequentemente, as novas definições de uma locação foram aplicadas a todos os contratos vigentes na data de transição. A mudança na definição de um arrendamento refere-se principalmente ao conceito de controle. A IFRS 16 determina se um contrato contém um arrendamento com base no fato de o cliente ter o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.
 Para tal, a Administração da Companhia, com o auxílio de especialistas, efetuou a identificação dos contratos (inventário dos contratos), avaliando, se, contém, ou não, arrendamento de acordo com a IFRS 16.
 A Companhia optará por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial, e contratos de arrendamento cujo ativo objeto seja de baixo valor. A Companhia possui arrendamentos de determinados equipamentos de escritório (como computadores pessoais, impressoras e copiadoras) que são considerados de baixo valor.
 A Companhia, com base em avaliações preliminares, entende que o maior impacto produzido por esta norma está relacionado ao reconhecimento no balanço dos contratos de arrendamento de imóveis locados de terceiros, veículos e equipamentos, com prazos de vigência de superiores a 12 meses, porém até o fechamento destas informações anuais, a Companhia ainda estava em processo de análise destes e dos demais contratos de arrendamento bem como do critério de transição a adotar para implantação da Norma.
ICPC 22/IFRS 23 - Incerteza sobre o tratamento de imposto de renda
 A IFRS 23 trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos.
 A interpretação aborda especificamente o seguinte:
 • Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente.
 • As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais.
 • Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários temporários e alíquotas de imposto de renda.
 • Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.
 A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, mas são disponibilizadas determinadas isenções de transição.
 A Companhia adotará a interpretação a partir da data em que entrar em vigor. A Companhia entende que opera em um ambiente tributário multinacional complexo, a aplicação da interpretação poderá afetar suas demonstrações financeiras consolidadas. Além disso, é possível que a Companhia necessite estabelecer processos e procedimentos para obter as informações necessárias para a aplicação da interpretação em tempo hábil.
IFRS 17 - Contratos de Seguros
 O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em 18 de maio de 2017 o IFRS 17, que substituirá o IFRS 4 a partir de 1º de janeiro de 2021. O IFRS 17 é uma norma voltada para contratos de seguros e objetiva a melhoria da comparabilidade das informações prestadas pelas empresas, uma vez que atualmente existem abordagens diferentes em relação à contabilização e divulgação dos contratos de seguros pelas empresas.
 Esta norma tem implicações em outras indústrias além da de seguradoras. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitirá norma equivalente no Brasil.
 A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, sendo necessário a apresentação de valores comparativos.
 A Companhia não pretende adotar a norma antecipadamente e aguardará a emissão de norma equivalente no Brasil para analisar os efeitos sobre as demonstrações financeiras da Companhia.
4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS
 As principais políticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram as seguintes:
a) Caixa e equivalentes de caixa
 Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos e outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando a um curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data de contratação.
b) Instrumentos financeiros (CPC-48/IFRS 9 - Norma alterada a partir de 1º de janeiro de 2018)
 Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.
Transição
 A IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos e passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38/IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e mensuração.
 A IFRS 9 mantém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38/IAS 39 para a classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros. As principais alterações que a IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas; (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.
 As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção do CPC 48/IFRS 9 foram aplicadas prospectivamente pela Companhia.
c) Análise detalhada de seus modelos de negócios e das características de fluxo de caixa e seus ativos financeiros, os efeitos apresentados são não significativos
Ativos financeiros
Mensuração inicial
 No reconhecimento inicial a entidade mensura seus ativos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro. Para as contas a receber de clientes a mensuração inicial se dá pelo preço da transação.
Mensuração subsequente
 Observando a classificação dos ativos a mensuração subsequente será:
 • Custo amortizado
 Esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago.
 • Valor justo por meio do resultado
 Os ativos classificados dentro desse modelo de negócio são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do período.
 A Companhia reconhece como ativos financeiros classificados nesta categoria: caixas e equivalentes de caixa, títulos públicos e aplicações financeiras com garantias classificadas como títulos e valores mobiliários.
Passivos financeiros
Classificação
 Os passivos financeiros da Companhia são classificados como custo amortizado, representado por: fornecedores, empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil financeiro e debêntures.
Reconhecimento inicial
 Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos do custo da transação.
Mensuração subsequente
 Observando a classificação dos passivos a mensuração subsequente será:
 • Custo amortizado
 Os passivos classificados como custo amortizado são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos e no reconhecimento da amortização.
 • Valor justo por meio do resultado
 Os passivos classificados a valor justo por meio do resultado são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do período.
Redução ao valor recuperável de ativos financeiros
 Os requerimentos de avaliação da redução ao valor recuperável de ativos financeiros são baseados em um modelo de perda de crédito esperada. As principais mudanças na política contábil para redução ao valor recuperável estão listadas abaixo.
 O modelo de perda de crédito esperada inclui o uso de informações prospectivas e classificação do ativo em três estágios:
 • Estágio 1 - Perda de crédito esperada para 12 meses: representa os eventos de inadimplência possíveis dentro de 12 meses. Aplicável aos ativos originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito;
 • Estágio 2 - Perda de crédito esperada ao longo da vida do instrumento financeiro: considera todos os eventos de inadimplência possíveis. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito cujo risco de crédito aumentou significativamente; e
 • Estágio 3 - Perda de crédito esperada para ativos com problemas de recuperação: considera todos os eventos de inadimplência possíveis. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados com problemas de recuperação de crédito. A mensuração dos ativos classificados neste estágio difere do estágio 2 pelo reconhecimento da receita de juros aplicando-se a taxa de juros efetiva ao custo amortizado (líquido de provisão) e não ao valor contábil bruto. Um ativo migrará de estágio 1 a medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir. Dessa forma, um ativo financeiro que migrou para os estágios 2 e 3 poderá voltar para o estágio 1, a menos que tenha sido originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito.
 A operação principal da Companhia está predominantemente relacionada com os recebimentos das vendas de plano de saúde e odontológico e que são relacionados diretamente com seguros.
 A Companhia reconhece para seus ativos classificados ao custo amortizado uma provisão referente a perda de crédito esperada. Essa avaliação é realizada prospectivamente e está baseada em dados históricos. Além disso a Companhia avalia mensalmente essas variações do risco de crédito dos ativos financeiros e caso não haja aumento significativo do risco de crédito, deverá ser reconhecida a perda de crédito para o saldo, em aberto, para os próximos 12 meses e para o caso de identificação que houve aumento significativo do risco de crédito a perda é reconhecida tomando por base o montante total, em aberto, para o período total da vida do instrumento financeiro.
 Para o recebimento de vendas de outros serviços hospitalares a Companhia optou por mensurar provisões para perdas pelo modelo simplificado. Para essas contas a receber de clientes, foi aplicado o (%) percentual de perdas apurado historicamente para o grupo de clientes.
c) Perda de recuperabilidade sobre créditos
 As controladas da Companhia constituem provisão para perdas de recuperabilidade sobre créditos através da metodologia de apuração utilizada em estrito acordo com a Resolução Normativa (RN) nº 322/2013 da ANS.
 A perda de recuperabilidade sobre créditos é constituída sobre os créditos vencidos há mais de 60 dias para os contratos com pessoa física (planos individuais) e há mais de 90 dias para os contratos com pessoa jurídica (planos coletivos e corporativos), salvo casos específicos avaliados individualmente pela Administração. Adicionalmente, é constituída provisão para todas as parcelas a vencer desses contratos.
d) Ajuste a valor presente de ativos e passivos
 Os passivos monetários decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo, são ajustados a valor presente, quando relevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
e) Despesas de comercialização diferidas (DAC - Deferred Acquisition Cost)
 As despesas de comercialização referem-se aos agenciamentos e são diferidas e amortizadas de acordo com o prazo de vigência dos contratos ou expectativa conforme Nota Técnica Atuarial (NTA) e são refletidas no saldo da conta "Despesas diferidas" no ativo circulante, de acordo com a Resolução Normativa (RN) 322/13. Em 2016 através de estudo técnico a operadora iniciou a diferir as despesas pelo prazo de até 36 meses e o saldo a ser diferido está refletido nas rubricas "Despesas diferidas" que compreende o saldo de até 12 meses e "Despesas de comercialização diferida" no ativo não circulante, para o saldo superior a 12 meses. Os demais gastos são registrados como despesas de comercialização, conforme incorridos.
f) Investimento - Controladora
 Durante o exercício de 2018 e 2017, a participação societária que a Companhia possuía em suas controladas estava avaliada pelo método da equivalência patrimonial.
 A participação nos resultados operacionais das controladas está demonstrada na demonstração do resultado como "Resultado de equivalência patrimonial".
A demonstração financeira das controladas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que as da Companhia. Quando necessário, são realizados ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as políticas contábeis da Companhia.
g) Imobilizado
 Imóveis, veículos, instalações, máquinas e equipamentos e utensílios são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver.
 Os custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.
 A depreciação é calculada com base no método linear das vidas úteis estimadas dos ativos.
 Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.
h) Intangível
 O valor residual, vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustado de forma prospectiva, quando necessário, para refletir as mudanças de estimativas.
i) Intangível
 Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial e, após o reconhecimento inicial, apresentados ao custo, menos amortização e/ou perdas acumuladas de valor recuperável. A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida, sendo que os ativos intangíveis com vida útil econômica definida são amortizados pelo método linear, pelas taxas mencionadas na nota explicativa nº 17 e avaliados por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. A amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria da despesa consistente com a sua utilização.
 Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios, reconhecidos separadamente do ágio, são registrados pelo valor justo na data da aquisição. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, tais ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente.
i) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)
 A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que as da Companhia. Quando necessário, são realizados ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as políticas contábeis da Companhia.
g) Imobilizado
 Imóveis, veículos, instalações, máquinas e equipamentos e utensílios são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver.
 Os custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.
 A depreciação é calculada com base no método linear das vidas úteis estimadas dos ativos.
 Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.
h) Intangível
 O valor residual, vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustado de forma prospectiva, quando necessário, para refletir as mudanças de estimativas.
i) Intangível
 Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial e, após o reconhecimento inicial, apresentados ao custo, menos amortização e/ou perdas acumuladas de valor recuperável. A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida, sendo que os ativos intangíveis com vida útil econômica definida são amortizados pelo método linear, pelas taxas mencionadas na nota explicativa nº 17 e avaliados por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. A amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria da despesa consistente com a sua utilização.
 Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios, reconhecidos separadamente do ágio, são registrados pelo valor justo na data da aquisição. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, tais ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente.
i) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)
 A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que as da Companhia. Quando necessário, são realizados ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as políticas contábeis da Companhia.
g) Imobilizado
 Imóveis, veículos, instalações, máquinas e equipamentos e utensílios são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver.
 Os custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.
 A depreciação é calculada com base no método linear das vidas úteis estimadas dos ativos.
 Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.
h) Intangível
 O valor residual, vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustado de forma prospectiva, quando necessário, para refletir as mudanças de estimativas.
i) Intangível
 Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial e, após o reconhecimento inicial, apresentados ao custo, menos amortização e/ou perdas acumuladas de valor recuperável. A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida, sendo que os ativos intangíveis com vida útil econômica definida são amortizados pelo método linear, pelas taxas mencionadas na nota explicativa nº 17 e avaliados por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. A amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria da despesa consistente com a sua utilização.
 Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios, reconhecidos separadamente do ágio, são registrados pelo valor justo na data da aquisição. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, tais ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente.
i) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)
 A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que as da Companhia. Quando necessário, são realizados ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as políticas contábeis da Companhia.
g) Imobilizado
 Imóveis, veículos, instalações, máquinas e equipamentos e utensílios são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver.
 Os custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.
 A depreciação é calculada com base no método linear das vidas úteis estimadas dos ativos.
 Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.
h) Intangível
 O valor residual, vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustado de forma prospectiva, quando necessário, para refletir as mudanças de estimativas.
i) Intangível
 Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial e, após o reconhecimento inicial, apresentados ao custo, menos amortização e/ou perdas acumuladas de valor recuperável. A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida, sendo que os ativos intangíveis com vida útil econômica definida são amortizados pelo método linear, pelas taxas mencionadas na nota explicativa nº 17 e avaliados por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. A amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria da despesa consistente com a sua utilização.
 Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios, reconhecidos separadamente do ágio, são registrados pelo valor justo na data da aquisição. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, tais ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente.
i) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)
 A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que as da Companhia. Quando necessário, são realizados ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as políticas contábeis da Companhia.
g) Imobilizado
 Imóveis, veículos, instalações, máquinas e equipamentos e utensílios são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver.
 Os custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.
 A depreciação é calculada com base no método linear das vidas úteis estimadas dos ativos.
 Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.
h) Intangível
 O valor residual, vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustado de forma prospectiva, quando necessário, para refletir as mudanças de estimativas.
i) Intangível
 Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial e, após o reconhecimento inicial, apresentados ao custo, menos amortização e/ou perdas acumuladas de valor recuperável. A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida, sendo que os ativos intangíveis com vida útil econômica definida são amortizados pelo método linear, pelas taxas mencionadas na nota explicativa nº 17 e avaliados por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. A amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria da despesa consistente com a sua utilização.
 Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios, reconhecidos separadamente do ágio, são registrados pelo valor justo na data da aquisição. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, tais ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente.
i) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)
 A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que as da Companhia. Quando necessário, são realizados ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as políticas contábeis da Companhia.
g) Imobilizado
 Imóveis, veículos, instalações, máquinas e equipamentos e utensílios são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver.
 Os custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.
 A depreciação é calculada com base no método linear das vidas úteis estimadas dos ativos.
 Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.
h) Intangível
 O valor residual, vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustado de forma prospectiva, quando necessário, para refletir as mudanças de estimativas.
i) Intangível
 Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial e, após o reconhecimento inicial, apresentados ao custo, menos amortização e/ou perdas acumuladas de valor recuperável. A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida, sendo que os ativos intangíveis com vida útil econômica definida são amortizados pelo método linear, pelas taxas mencionadas na nota explicativa nº 17 e avaliados por redução ao valor recuperável sempre

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2018 e 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios, e na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimento em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados, exceto:

Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal).

Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimento em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data de balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de impostos que é esperada de ser aplicada no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Obrigações com benefícios de longo prazo pós-emprego a funcionários
A Companhia concede a seus executivos o benefício de assistência à saúde pós-emprego. O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado.

Mensurações compreendendo ganhos e perdas atuariais, o efeito do limite dos ativos, excluindo os juros líquidos, e o retorno sobre ativos do plano (excluindo juros líquidos), são reconhecidas imediatamente no balanço patrimonial, com correspondente débito ou créditos retidos por meio de outros resultados abrangentes no período em que ocorre. As mensurações não são reclassificadas no ano resultando em períodos subsequentes.

Os custos de serviços passados são reconhecidos no resultado nas seguintes datas, a que ocorrer primeiro:
A data de alteração do plano ou redução significativa da expectativa do tempo de serviços; e
A data em que a Companhia reconhece os custos relacionados com reestruturação.

Os juros líquidos são calculados aplicando-se a taxa de desconto ao ativo ou passivo do benefício definido líquido. A Companhia reconhece as seguintes variações nas obrigações de benefício definido líquido em despesas administrativas na demonstração individual e consolidada do resultado.

Os participantes do plano de pagamento baseado em ações restringem-se aos executivos da Companhia e suas controladas.
Arrendamentos mercantis
A caracterização de um contrato como um arrendamento mercantil está baseada na substância do contrato na data do início de sua execução. O contrato é um arrendamento caso o cumprimento deste contrato seja dependente da utilização de um ativo específico e o contrato transfere o direito de uso de um determinado ativo, mesmo se esse ativo não estiver explícito no contrato.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem a Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil.

Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamentos mercantis financeiros são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros, de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor. Um arrendamento operacional é diferente de um arrendamento financeiro. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil. A Companhia atualmente mantém bens arrendados reconhecidos como um arrendamento financeiro.

Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio
A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido no passivo na data em que são aprovados em Assembleia.

Reconhecimento de receitas e custos operacionais
A Companhia atua no ramo de prestação de serviços de assistência à saúde e odontológica. Os serviços são vendidos em contratos separados, individual por cliente ou agrupados como um pacote de serviços, para esse com planos de assistência à saúde, a Companhia entende que o mesmo deve atender os requerimentos do CPC 11/IFRS 4 - Contratos de Seguros, para os itens não enquadrados nesse pronunciamento a Companhia adota como política para o reconhecimento de receita os critérios dispostos no CPC47/IFRS15 - Contratos com clientes.

Reconhecimento de Receitas Operacionais
A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento é recebido. A receita é contabilizada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

As receitas de contraprestações, na modalidade de preço pré-estabelecido, são apropriadas no resultado pelo montante correspondente ao período de cobertura do risco incorrido (pro rata die). Nos casos em que a fatura é emitida antecipadamente em relação ao período de cobertura dos contratos com clientes, o valor dos contratos com os clientes é registrado na rubrica "Provisões técnicas de operações de assistência à saúde", no sub-item "Provisão de Contraprestação Não Ganha - PPCNG", conforme destacado na nota explicativa 21, classificada no passivo circulante.

As receitas pertinentes aos serviços prestados de assistência à saúde são contabilizadas pelo regime de competência.
III. Balanço de Contratos com Clientes (CPC 47/IFRS 15 - Norma alterada a partir de 1º de janeiro de 2018).

Prestitação de serviços
A Companhia presta serviços de assistência à saúde e odontológica por meio de seus hospitais. Esses serviços são vendidos separadamente nos contratos com os clientes. A Companhia avaliou que os serviços são satisfatórios ao longo do tempo dado que o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios prestados. A Companhia identificou e analisou as diferenças de acordo com o novo pronunciamento, conforme descrito abaixo:

Contraprestação variável
A Companhia possui dois tipos de glosas:
Internas, as quais são realizadas pelos auditores das operadoras que fiscalizam os relatórios antes do faturamento dentro dos hospitais;
Externas, glosas das faturas emitidas e enviadas para as operadoras e por diversos motivos podem ser ou não aprovadas.

A Companhia considera que glosas são contraprestações variáveis, de acordo com a IFRS 15. Se a contraprestação prometida no contrato incluir um valor variável, a entidade estima o valor da contraprestação à qual a entidade terá direito em troca da transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente.

A variabilidade relativa à contraprestação prometida ao cliente pode ser declarada expressamente no contrato. O valor da contraprestação variável, utilizando qualquer dos métodos a seguir, dependendo do método a entidade espera melhor prever o valor da contraprestação à qual tem direito:

O valor esperado - é a soma de valores ponderados em função da probabilidade de uma gama de possíveis valores de contraprestação. O valor esperado pode ser uma estimativa apropriada do valor da contraprestação variável, se a entidade tiver grande número de contratos com características similares.

O valor mais provável - é o valor único mais provável de uma gama de possíveis valores de contraprestação (ou seja, o resultado único mais provável do contrato). O valor mais provável pode ser uma estimativa apropriada do valor da contraprestação.

Variável - se o contrato tiver apenas dois possíveis resultados (por exemplo, a entidade atingir um bônus de desempenho ou não). A Companhia e suas controladas adotaram, por meio do método de adoção retrospectivo modificado, a partir de 1º de janeiro de 2018 o efeito cumulativo referente à adoção inicial com reflexo diretamente no Patrimônio Líquido.

Os efeitos da adoção do CPC47/IFRS15 a partir de 1º de janeiro de 2018 estão assim apresentados:
Balanço Patrimonial em 1º de janeiro de 2018

	Consolidado	
	1º de janeiro de 2018 sem efeito do IFRS15	1º de janeiro de 2018 com efeito do IFRS15
Circulante	1.830.425	1.821.757
Contas a receber de clientes	266.411	257.737
Não circulante	2.314.595	2.317.544
Impostos diferidos ativo	438.110	441.059
Total do ativo	4.145.020	4.139.295

	Consolidado	
	1º de janeiro de 2018 sem efeito do IFRS15	1º de janeiro de 2018 com efeito do IFRS15
Circulante	1.544.277	1.544.277
Não circulante	1.530.571	1.530.571
Patrimônio líquido	1.070.172	1.064.447
Reservas de lucros	50.443	44.718
Total do passivo e do patrimônio líquido	4.145.020	4.139.295

Para o período findo em 31 de dezembro de 2018 o impacto da adoção da nova norma reconhecido diretamente no resultado está apresentado a seguir:
Demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2018

	Consolidado	
	Saldo em 31 de dezembro de 2018 sem efeito do IFRS15	Saldo em 31 de dezembro de 2018 com efeito do IFRS15
Receita operacional líquida	6.146.433	6.135.217
Resultado bruto	1.674.453	1.663.237
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	734.634	723.417
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	699.217	688.000
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(230.230)	(226.417)
Lucro líquido do exercício	468.986	461.583

III. Reconhecimento dos custos dos serviços prestados
Os custos com a operação da rede própria de atendimento são reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. Os custos dos serviços prestados pela rede credenciada de atendimento (hospitais, laboratórios e clínicas), são contabilizados com base nas notificações que avisam a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos.

Segmentação
Os segmentos operacionais são apresentados de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões da Companhia e suas controladas responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais.

As informações por segmento da Companhia estão basicamente segregadas em:
(i) Saúde - prestação de serviços nos campos da medicina, hospitalar, medicina social e ocupacional.
(ii) Odontológico - prestação de serviço no campo de odontologia.

Apresentamos o detalhamento na nota explicativa nº 29.
Teste de adequação de passivos (Liability Adequacy Test - LAT)
O CPC 11/IFRS4 requer que as seguradoras e empresas equivalentes que emitem contratos classificados como contratos de seguro analisem os passivos registrados em cada data de divulgação das demonstrações financeiras através de um teste mínimo de adequação. Esse teste deve ser realizado utilizando-se premissas atuariais realistas para os fluxos de caixa futuros de todos os contratos classificados como contratos de seguro. Estimativas correntes dos fluxos de caixa consideram todos os riscos assumidos até a data-base do teste.

Quando é identificado qualquer insuficiência a Companhia contabiliza a perda apurada no resultado do exercício. Qualquer contrato com obrigação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição.

As alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

5.1. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS
5.1.1. Aquisição do Grupo SAMED Saúde
Em 22 de outubro de 2018 o Grupo Notre Dame Intermédica concretizou o fechamento da operação de aquisição no montante de R\$ 180.166 e assumiu o controle do Grupo Samed, composto pelas empresas Laboratórios de Análises Clínicas Pedro Bonelli, Hospital Santana, Samed Operadora S.A., Largent Participações S.A. e Demás Participações S.A., localizada na região de Mogi das Cruzes.

Contraprestação 227.703
(47.537)
(180.166)

Em 15 de outubro de 2018 a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) aprovou por meio do ofício nº 78/2018/ASNT - DIOPE/DIRAD-DIOPE/DIOPE a aquisição do grupo SAMED pelo Grupo Notre Dame Intermédica.

Em 26 de setembro de 2018 a transação havia sido aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa do Consumidor (CADE) por meio do ato de concentração 08700.004374/2018-56.

A tabela a seguir resume a contraprestação paga para adquirir o Grupo SAMED e o valor justo dos ativos e passivos identificáveis na data da aquisição:

	Identificados		Demás		Grupo Samed	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Total da contraprestação	90.596	35.520	126.116	126.116	126.116	126.116
Parcela retida 1	38.872	15.223	54.050	54.050	54.050	54.050
Caixa e equivalentes de caixa	2.451	1.993	2.451	2.451	2.451	2.451
Aplicações financeiras	27.451	—	27.451	—	27.451	—
Contas a receber de clientes	4.419	10.632	15.051	15.051	15.051	15.051
Estoques	12	2.511	2.523	2.523	2.523	2.523
Créditos tributários e previdenciários	207	891	1.098	1.098	1.098	1.098
Outros ativos	4.583	4.569	9.152	9.152	9.152	9.152
Circulante	37.300	20.596	57.896	57.896	57.896	57.896
Aplicações financeiras	28	—	28	—	28	—
Impostos diferidos ativo	20.597	10.759	31.356	31.356	31.356	31.356
Depósitos judiciais e fiscais	11.760	—	11.760	—	11.760	—
Outros ativos	4.191	9	4.200	4.200	4.200	4.200
Contas a receber de contingências	45.959	—	45.959	—	45.959	—
Investimentos	—	—	—	—	—	—
Imobilizado	11.757	23.308	35.065	35.065	35.065	35.065
Intangível	30.149	6	30.155	30.155	30.155	30.155
Não circulante	124.441	34.082	158.523	158.523	158.523	158.523
Total de ativo	161.741	54.678	216.419	216.419	216.419	216.419
Forneceadores	2.278	9.495	7.223	7.223	7.223	7.223
Salários a pagar	1.504	6.594	8.098	8.098	8.098	8.098
Tributos e encargos sociais a recolher	7.838	10.753	18.591	18.591	18.591	18.591
Empréstimos e financiamentos	6.911	11.301	18.212	18.212	18.212	18.212
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	24.851	—	24.851	—	24.851	—
Outros passivos	6.391	11.448	17.839	17.839	17.839	17.839
Circulante	49.773	45.041	94.814	94.814	94.814	94.814
Tributos e encargos sociais a recolher	6.053	15.169	21.222	21.222	21.222	21.222
Empréstimos e financiamentos	2.672	8.354	11.026	11.026	11.026	11.026
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	114	—	114	—	114	—
Impostos diferidos passivos	—	1.575	1.575	1.575	1.575	1.575
Provisões para ações judiciais	49.281	3.510	52.791	52.791	52.791	52.791
Outros passivos	802	2.100	2.902	2.902	2.902	2.902
Não circulante	58.922	30.708	89.630	89.630	89.630	89.630
Total do passivo	108.695	75.749	184.444	184.444	184.444	184.444
Total do passivo assumido	53.046	(21.071)	31.975	31.975	31.975	31.975
Total da contraprestação	129.244	54.703	216.419	216.419	216.419	216.419

Parcela retida - O contrato prevê a retenção de uma parcela do preço de aquisição por um período de 6 anos a partir da data de fechamento de forma a garantir as obrigações de indenizar da vendedora, devendo ser liberado total ou parcialmente. O valor será atualizado pela variação do CDI.

A Companhia identificou a alocação dos ativos tangíveis e intangíveis na aquisição do Grupo SAMED Saúde (combinação de negócios), conforme elaboração de laudo emitido por empresa independente.

Em acordos dos acionistas ficou definido que todas as contingências referentes aos períodos anteriores à assinatura do contrato de compra e venda seriam de responsabilidade dos antigos acionistas e, portanto, estes valores seriam reembolsados ou descontados da parcela retida a pagar.

O ágio de aquisição se justifica pelos valores dos ativos adquiridos e rentabilidade futura esperada pela sinergia gerada com a atividade do Grupo Notre Dame. A receita incluída na demonstração consolidada do resultado desde 1º de outubro de 2018 inclui o valor de receitas gerado pelo Grupo Samed Saúde de R\$ 73.474. O Grupo Samed Saúde também contribuiu com um lucro de R\$ 27.426 no mesmo período.

Se o Grupo SAMED tivesse sido consolidado a partir de 1º de janeiro de 2018, a demonstração consolidada do resultado apresentaria uma receita líquida pró forma de R\$ 284.289 e prejuízo pró forma de R\$ 68.094. Essa informação de receita líquida e resultado foi obtida mediante a simples agregação dos valores das empresas adquirida e adquirente e não representa os valores reais consolidados para o ano.

5.2. Combinação de Negócios - Grupo Cruzeiro do Sul
Em 22 de fevereiro de 2018, a controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A. concretizou o fechamento da operação de aquisição no montante de R\$ 89.176 e assumiu o controle do Grupo Cruzeiro do Sul, compostos pelas empresas Laboratório de Análises Clínicas Cruzeiro do Sul Ltda., Organização Médica Cruzeiro do Sul S.A. e Cruzam - Cruzeiro do Sul Serviços de Assistência Médica S.A., localizada na região de Osasco.

Contraprestação 110.830
(21.654)
(89.176)

Essa aquisição foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa do Consumidor (CADE) datado em 26 de janeiro de 2018 e pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) em 19 de janeiro de 2018.

A tabela a seguir resume a contraprestação paga para adquirir o Grupo Cruzeiro do Sul e o valor justo dos ativos e passivos identificáveis referente ao período de aquisição:

	2018		2017	
	Operadora	Laboratório	Hospital	Grupo Cruzeiro
Total da contraprestação transferida	38.042	103	(29.031)	67.176
Parcela retida 1	12.458	34	9.508	22.000
Caixa e equivalentes de caixa	1.182	52	129	1.363
Aplicações financeiras	16.201	—	223	16.424
Contas a receber de clientes	9.814	877	6.257	16.948
Estoques	—	—	114	114
Créditos tributários e previdenciários	985	21	7	1.013
Outros ativos circulante	19.602	3	701	1.566
Circulante	29.044	953	7.431	37.441
Impostos diferidos ativo	14.401	—	7.260	21.661
Depósitos judiciais	1.719	243	633	2.595
Contas a receber de contingências	19.315	—	—	19.315
Outros ativos não circulante	1.089	58	3.592	4.739
Investimento	—	91	367	458
Imobilizado	17.855	189	28.756	46.800
Intangível	19.181	(3)	391	19.569
Não circulante	73.560	578	40.999	115.317
Total de ativo	102.604	1.531	48.430	152.565
Forneceadores	2.424	454	2.939	5.817
Salários a pagar	4.617	1.115	—	5.732
Tributos e encargos sociais a recolher	905	—	6.780	7.685
Empréstimos e financiamentos a pagar	4.173	466	5.200	9.839
Provisões de imposto de renda e contribuição social	83	68	1.175	1.326
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	19.582	—	—	19.582
Outros passivos circulante	1.425	59	1.963	3.447
Circulante	33.209	2.162	18.057	53.228
Tributos e encargos sociais a recolher	—	—	6.2	

BCBF Participações S.A.

CNPJ nº 19.276.528/0001-16



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2018 e 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

A classificação de - rating por instituições financeiras para o CDBs é como segue:

	31 de dezembro de 2018	Rendimento % do CDI	Rating nacional - longo prazo	31 de dezembro de 2017	Rendimento % do CDI
Banco Santander (Brasil) S.A.	167.094	97,00%	A-(bra)	76.779	98,8%
Banco Bradesco S.A.	111.866	100,25%	BB-(bra)	22.587	98,5%
Banco Citibank			BB-(bra)	332.022	25,0%
Caixa Econômica Federal	12.910	98,25%	BB-(bra)	11.741	98,2%
Itaú Unibanco S.A.	38.492	97,00%	BB-(bra)	721	90,0%
Votorantim S.A.	209.686	99,10%	AA-(bra)	-	-
Banco Safra S.A.	663	100,00%	AA-(bra)	-	-
Banco Mercantil do Brasil	395	102,50%	BBB-(bra)	-	-
	541.106			443.850	

a) Movimentação das aplicações financeiras

	2018	2017
Saldo inicial do exercício	1.236.194	661.531
Saldo adquirido	43.903	15.353
Aplicações	5.872.029	2.790.397
Resgates	(6.265.309)	(2.284.934)
Receitas (despesas) com variação cambial	226	4.298
Resultado financeiro	72.033	49.002
Ajuste a valor de mercado	(20)	(653)
Saldo final do período/exercício	959.056	1.236.194

b) Desempenho da carteira de aplicações financeiras

A Administração mensura o desempenho sobre o valor justo de suas aplicações através da Taxa Interna de Retorno (TIR) no exercício, utilizando como parâmetro a variação do CDI. Em 31 de dezembro de 2018, o desempenho no exercício da carteira da Companhia e suas controladas atingiu uma rentabilidade média de 100% do CDI (100,06% do CDI em 31 de dezembro de 2017).

c) Determinação do valor justo Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Os títulos de renda fixa privados tiveram suas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros são definidos pelo administrador e pelo custodiante, sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão para cálculos constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de autorregulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

As aplicações financeiras vinculadas são custodiadas, registradas e negociadas na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia e CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

O saldo do contas a receber de clientes refere-se as operações relacionadas com plano de saúde e de serviços relacionados a assistência a saúde, gerados pela operação de suas controladas.

	2018	2017
Contas a receber de clientes referente:		
Planos de assistência à saúde	178.671	141.962
Assistência à saúde não relacionados com planos de assistência à saúde	153.651	124.449
	332.322	266.411

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a composição das contas a receber de clientes era:

	2018	2017
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	212.087	160.571
(-) Perda de recuperabilidade sobre créditos	(33.416)	(18.609)
	178.671	141.962
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora	168.224	144.073
(-) Perda de recuperabilidade sobre créditos	(14.573)	(19.624)
	153.651	124.449
	332.322	266.411

Contas a receber de clientes

A abertura do saldo de contas a receber de clientes pelos seus vencimentos está demonstrada a seguir:

	2018	2017
De 1 a 30 dias	100.826	100.631
Acima de 30 dias	16.071	12.571
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	41.190	40.253
De 31 a 90 dias	32.301	25.216
Acima de 90 dias	21.699	-
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	212.087	178.671
(-) Perda de recuperabilidade sobre créditos	(33.416)	(18.609)
	178.671	141.962

A vencer:

	2018	2017
De 1 a 30 dias	818	818
Acima de 30 dias	91.472	91.380
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	39.269	38.892
De 31 a 90 dias	13.326	10.872
Acima de 90 dias	15.686	-
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora	160.571	141.962
(-) Perda de recuperabilidade sobre créditos	(18.609)	-
	141.962	141.962

A vencer:

	2018	2017
De 1 a 30 dias	31.329	31.051
Acima de 30 dias	28.703	28.697
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	11.413	11.335
De 31 a 90 dias	62.515	58.114
Acima de 90 dias	34.264	24.454
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora	168.224	153.651
(-) Perda de recuperabilidade sobre créditos	(14.573)	-
	153.651	153.651

A vencer:

	2018	2017
De 1 a 30 dias	13.758	13.121
Acima de 30 dias	51.854	51.780
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	33.676	31.942
De 31 a 90 dias	27.287	25.176
Acima de 90 dias	17.498	2.430
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora	144.073	144.449
(-) Perda de recuperabilidade sobre créditos	(19.624)	-
	124.449	144.449

Saldo no início do exercício

	2018	2017
Saldo adquirido	141.962	109.842
Saldo em 31 de dezembro de 2017	141.962	109.842
Recebimentos	5.659.579	4.967.477
(-) Perda de recuperabilidade sobre créditos	(5.584.366)	(4.896.443)
(-) Perda efetiva com créditos (a)	(9.724)	(326)
(-) Perda final do exercício	(43.013)	(38.588)
	178.671	141.962

(a) Valor de perda efetiva com impacto no resultado da Companhia e suas controladas, conforme N.E 27.c

Movimentação do contas a receber de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora:

	2018	2017
Saldo no início do exercício	124.449	61.115
Saldo adquirido	17.766	28.753
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da Operadora	623.156	519.365
Co-participação	124.647	99.558
Recebimentos	(722.798)	(572.509)
(-) Efeito CPC 47/IFRS15 - adoção inicial	(11.216)	-
(-) Efeito CPC 47/IFRS15 no exercício	(11.216)	-
Reversão (Constituição) de perda de recuperabilidade sobre créditos	10.919	(3.606)
(-) Perda final do exercício (a)	(4.598)	(8.227)
	153.651	124.449
Contas a receber de clientes	332.322	266.411

(a) Valor de perda efetiva com impacto no resultado da Companhia e suas controladas, conforme N.E 27.c

Movimentação da provisão para perdas sobre créditos:

	2018	2017
Saldo no início do exercício	222.845	97.654
Saldo adquirido	179.182	203.316
Constituições	(145.717)	(78.125)
(-) Amortização	256.295	222.845
Saldo no final do período/exercício	143.583	105.961
Ativo não circulante	112.727	116.885

11. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

Os créditos tributários e previdenciários estão compostos da seguinte forma:

	Controladora	Consolidado
	2018	2018
Imposto de renda	9.099	30.000
Contribuição social sobre o lucro (a)	297	8.302
Imposto de renda retido na fonte	5.306	17.802
Crédito de previdência social	-	1.049
Créditos de PIS e COFINS	-	4.051
Crédito de ISS	-	482
Créditos tributários e previdenciários	14.702	61.686

(a) No exercício de 2018 a controlada Intermédica realizou antecipações em volume maior que o saldo a pagar de impostos apurado em 31 de dezembro de 2018, o que gerou um crédito fiscal no momento da apuração do encontro de contas.

12. OUTROS ATIVOS

	Controladora	Consolidado
	2018	2017
Depósito judicial ISS - SP (a)	-	181.412
Contas a receber com partes relacionadas (nota 30)	12.650	12.650
Adiantamento a fornecedores (d)	4.981	39.402
Adiantamento a funcionários	-	7.127
Adiantamento de comissões	-	1.209
Outros títulos a receber (e)	9.600	25.263
Manutenção de softwares a amortizar	-	6.596
Circulante	27.231	273.859
Crédito a receber - indenizações (c)	-	91.468
Crédito a receber (f)	-	222.269
Contas a receber com partes relacionadas (nota 30)	12.314	12.314
Contas a receber de planos de saúde (b)	-	12.264
Depósitos caução	-	2.488
Bloqueio judiciais	-	2.122
Outros	-	5.777
Ativo não circulante	12.314	336.388
	27.231	610.047

(a) Refere-se a depósitos judiciais relativos ao Imposto sobre Serviços (ISS). O valor depositado é relacionado à provisão demonstrada na nota explicativa nº 18. Em virtude de o depósito ser realizado na data de vencimento do tributo, ou seja, no momento de apuração da provisão há um descolamento entre o depósito judicial e a provisão.

(b) Refere-se a valores a receber de beneficiários dos nossos planos de saúde que estão discutindo judicialmente cláusulas contratuais e efetuaram depósitos judiciais.

(c) Conforme instrumento particular de compra e venda de ações e outras avenças referentes às combinações de negócios, ficou definido, quando aplicável, que todas as contingências referentes aos períodos anteriores à assinatura do contrato seriam de responsabilidade dos antigos acionistas e, portanto, estes valores seriam reembolsados ou descontados da parcela retida a pagar.

(d) Refere-se a pagamentos antecipados por aquisições de bens e serviços como: adiantamento para aquisição de ativo imobilizado no valor de R\$ 7.210,20 (R\$10.748 em 31 de dezembro de 2017), adiantamento para aquisição de empresas no valor de R\$ 5.117, adiantamentos de comissões diversas no valor de R\$ 4.980 (R\$4.910 em 31 de dezembro de 2017), adiantamento a clientes no valor de R\$ 6.119 e adiantamento para pagamento de processos judiciais (cível e trabalhista) no valor de R\$ 8.678. Em 31 de dezembro de 2017 também havia o saldo de R\$ 6.741 referente a adiantamento a fornecedores diversos.

(e) Refere-se a: i) parcela da venda da RHVida Saúde Ocupacional no valor de R\$ 9.600; ii) recebimentos de particulares e cartões no valor de R\$ 3.023 (R\$ 999 em 31 de dezembro de 2017); iii) cheques a compensar no valor de R\$ 2.685 (R\$ 5.321 em 3 de dezembro de 2017); e iv) consórcio bancário no valor de R\$ 4.135.

(f) Refere-se a saldos a receber de obrigações contratuais relacionados às contingências trabalhistas dos vendedores, conforme contrato de compra e venda.

13. IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2018	2017
Créditos tributários ativos sobre diferenças temporárias originárias de:		
Depreciações e amortizações	-	21.880
Provisões para ações judiciais (Contingências cíveis, fiscais e trabalhistas)	81.914	52.544
Provisão para perdas sobre crédito	24.402	14.269
Provisão de eventos do SUS	43.005	34.264
Crédito fiscal sobre diferença de base do ágio apurado na aquisição	210.301	284.818
Provisão infrações ANS	3.658	3.054
Outras adições	15.324	27.231
Ativo fiscal diferido	378.604	438.110
Débitos tributários passivos sobre diferenças temporárias originárias de:		
Depreciações e amortizações	(6.869)	-
Correção monetária de depósito judiciais	(25.431)	(21.926)
Amortização do intangível para fins fiscais	(2.210)	(4.831)
Passivo fiscal diferido sobre ágio apurado na incorporação	(35.290)	(19.292)
Outros	(10.685)	(5.290)
Provisão para tributos diferidos	(80.485)	(51.339)
Total do imposto diferido líquido (ativo e passivo)	298.119	386.771

O imposto de renda diferido ativo prevê a seguinte realização:

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2017
Ano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Curto prazo	-	72.719	-	-	-	-	-	-	-	-	-	72.719
Longo prazo	-	-	-	34.845	47.713	47.713	47.713	47.713	29.698	16.830	16.830	305.885
												378.604

Em 31 de dezembro de 2018, as controladas da Companhia haviam realizado, para fins fiscais, amortização de ágio no montante de R\$ 998.983, amortização de ágio no montante de R\$ 340.256 desde a constituição, equivalente a 55,41% do valor total do crédito fiscal, estando em conformidade com o estudo técnico e com o plano de negócios e projeções da Administração. A despesa com tributos incidentes sobre o lucro do período é demonstrada à seguir:

	Controladora	Consolidado
	2018	2017
Lucro antes dos impostos	461.875	352.829
Áliquota fiscal de 34%	(157.038)	(119.962)
Equivalência patrimonial	-	136.645
Remuneração variável dos administradores	162.100	-
Prejuízo fiscal da controlada BCBF sem constituição de imposto diferido	-	(21)
Juros sobre o capital próprio	(12.053)	(16.662)
Outros excluídos (adições) permanentes	6.699	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social apresentada na demonstração do resultado	(292)	(226.417)
Áliquota efetiva	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-
O imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se a:		
Imposto de renda diferido sobre a diferença de base do ágio (contábil e fiscal)	-	(90.515)
Depreciação e amortização	-	-
Provisão para ações judiciais	-	-
Provisão para perda	-	-
Provisão de eventos/sinistros a liquidar para SUS	-	-
Correção monetária de depósitos judiciais	-	-
Outros	-	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-
	-	-

14. DEPOSITOS JUDICIAIS

	31 de dezembro de 2017	Saldo adquirido	Adição/baixas depósitos	Atualizações	Reclassificações	31 de dezembro de 2018
Fiscais	82.390	-	(4.406)	1.532	13.645	93.161
Trabalhista	19.565	254	4.763	1.612	(209)	25.985
Cíveis	37.508	12.612	2.746	2.274	25	55.165
Depósitos judiciais - SUS	74.693	1.489	11.315	3.635	-	91.132
Outros depósitos	13.461	-	-	-	(13.461)	-
	227.617	14.355	14.418	9.053	-	265.443

	31 de dezembro de 2016	Saldo adquirido	Adição/baixas depósitos	Provisão perda	Atualizações	Reclassificações	31 de dezembro de 2017
Fiscais	80.424	246	(258)	-	949	1.029	82.390
Trabalhista	24.303	503	3.467	(9.9			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2018 e 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Unidade geradora de caixa de atividade de odontologia

O valor recuperável da unidade geradora de caixa de atividade odontológica foi determinado através da metodologia de fluxo de caixa descontado a valor presente.

A data-base da apuração para o exercício findo em 2018 foi 30 de setembro de 2018, com projeção de cinco anos. A taxa de desconto antes dos impostos foi de 20,85% em 31 de dezembro de 2018 (20,9% em 31 de dezembro de 2017), e o fluxo de caixa referente ao período que extrapola os cinco anos considera uma taxa de crescimento de 3,84% a.a. Em decorrência da análise de recuperabilidade efetuada, foi identificado um excesso sobre o valor contábil não sendo, desta forma, necessário o reconhecimento de redução ao valor recuperável para esta unidade geradora de caixa.

Principais premissas utilizadas no cálculo do valor em uso e sensibilidade
O cálculo do valor em uso tanto para a atividade de saúde quanto odontologia é mais sensível às seguintes premissas:

- Margens brutas
- Margens brutas são baseadas nos históricos da Companhia. As margens brutas para as unidades geradoras de caixa na atividade de saúde e odontologia foram em média 26,5% e 61,7%, respectivamente. A margem para ambas atividades tem um incremento moderado nos primeiros quatro anos e após ocorre uma estabilização até o final da projeção.
- Taxas de desconto

As taxas de desconto representam a avaliação de riscos no atual mercado, específicos a cada unidade geradora de caixa, levando em consideração o valor do dinheiro pela passagem do tempo e os riscos individuais dos ativos relacionados que não foram incorporados nas premissas incluídas no modelo de fluxo de caixa. O setor de saúde suplementar é em sua maioria financiado por capital próprio, portanto foi adotado como taxa de desconto o custo de capital próprio, calculado pelo CAPM (custo médio ponderado de capital).

As estimativas para o cálculo do CAPM são obtidas com base em índices publicados para os países bem como indicadores de prática de mercado norte-americano.

• Os indicadores macroeconômicos
A Companhia tem considerado o IGP-M, Índice de variação do custo médico hospitalar - IVCMH e o CDI para elaborar seus indicadores, conforme apresentados a seguir:

Descrição	2018	2019	2020	2021	2028
IGP-M	11,3%	4,3%	4,2%	4,2%	4,2%
IVCMH ¹	12,2%	9,0%	6,9%	6,9%	6,9%
CDI	8,9%	7,5%	6,9%	6,9%	6,9%

¹ Estimado pela área técnica da Companhia.
Taxas de crescimento utilizadas para extrapolar os fluxos de caixa além do período explícito de cinco anos.

A administração reconhece que as taxas de crescimento utilizadas consideram, além do crescimento orgânico, a estratégia de verticalização existente no plano de negócios da Companhia.

18. TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	2018	2017
Imposto sobre serviços (ISS)	189.868	130.249
Contribuição previdenciária	6.734	5.525
FGTS	3.634	1.573
PIS e COFINS	10.017	7.685
Contribuições sindicais e assistenciais	66	97
Parcelamento de tributos e contribuições	10.028	8.569
Outros	2.667	906
Impostos devidos a recolher	222.814	154.604
Imposto de renda - funcionários	7.645	6.895
Imposto de renda - terceiros	5.185	3.724
Imposto sobre serviços	2.155	1.854
Contribuição previdenciária retida	2.363	1.093
Retenção PIS/COFINS/CSLL	7.436	6.387
Outros impostos retidos	208	125
Impostos retidos a recolher	24.992	20.178
Circulante	247.806	174.782
Parcelamento impostos, multas e taxas - federal	11.256	1.824
Parcelamento impostos, multas e taxas - municipal	967	18
Parcelamento impostos, multas e taxas - outros	14.154	333
Não circulante	26.377	2.175
	274.183	176.957

19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Em 31 de dezembro de 2018 os principais contratos de empréstimos e financiamentos eram compostos como segue:

Linha de crédito	Instituição financeira	Taxa	Vencimento	Amortização	Juros a.a (%)	Valor	
						2018	2017
Empréstimo Citibank	Citibank	CDI	28/12/2017 a 28/12/2020	Semestral	85% CDI + 1,955%	265.676	332.000
Leasing	Safra	CDI	28/08/2018 a 31/08/2020	Mensal	18,72%	2.948	—
Notas Promissórias	Safra	CDI	06/04/2018 a 06/04/2020	Mensal	17,18%	2.736	—
Leasing	Unicred	CDI	15/12/2016 a 15/11/2022	Mensal	18,72%	2.396	—
Leasing	UNICRED	CDI	25/09/2018 a 26/09/2024	Mensal	11,40%	2.065	—
Leasing	Bradesco	Pre-fixado	30/05/2017 a 30/05/2019	Mensal	18,02%	1.344	—
Leasing	Safra	CDI	28/08/2018 a 31/08/2020	Mensal	18,72%	788	—
Leasing	Safra	CDI	29/08/2018 a 31/08/2020	Mensal	18,72%	699	—
Leasing	Bradesco	CDI	13/07/2015 a 13/07/2020	Mensal	14,14%	140	—
Leasing	Bradesco	CDI	08/06/2015 a 08/06/2020	Mensal	14,14%	109	600
Leasing	Bradesco	CDI	11/11/2016 a 11/11/2019	Mensal	14,14%	103	—
FINAME	Bradesco	Pre-fixado	23/06/2014 a 15/04/2020	Mensal	6,00%	8	—
FINAME	Bradesco	Pre-fixado	26/04/2014 a 15/04/2019	Mensal	6,00%	2	216
Brazilian Real Note	Santander	CDI	19/06/2017 a 18/06/2018	Semestral	100% CDI + 2,12% a.a.	—	150.367
Carta de Crédito	Bradesco	CDI	15/05/2015 a 15/04/2020	Mensal	—	—	199
Carta de Crédito	Santander	CDI	15/09/2014 a 15/09/2019	Mensal	1,22%	—	2.372
Carta de Crédito	Itaú	CDI	20/02/2014 a 04/03/2018	Mensal	1,30%	—	340
Leasing	Santander	CDI	08/12/2015 a 08/12/2018	Mensal	14,14%	—	460
Leasing	Bradesco	Pre-fixado	29/11/2017 a 31/12/2018	Mensal	16,21%	—	—
Leasing	Itaú	CDI	22/05/2015 a 22/05/2018	Mensal	15,60%	—	79
NP Votorantim	Banco Votorantim	CDI	10/08/2017 a 06/02/2018	Semestral	109% CDI	—	154.816
Outros						231	146
						279.245	641.595
						138.531	307.844
						140.714	333.751

A Companhia entende que os empréstimos e financiamentos estão registrados próximo ao seu valor justo, classificado como nível 2.

Apresentamos a movimentação em 31 de dezembro de 2018:

	2018	2017
Saldo no início do exercício	641.595	2.282
Saldo adquirido	47.969	5.555
Captação	—	631.838
Pagamento principal	(406.606)	(11.460)
Juros pagos	(38.465)	—
Ajuste valor presente	250	62
Juros	34.502	13.318
Saldo no final do período/exercício	279.245	641.595

20. DEBÊNTURES

A Companhia e sua controlada Notre Dame Intermédica emitiram debêntures conforme descrito abaixo, o saldo no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 era composto pelo montante de R\$ 478.645 (R\$ 119.565 em 31 de dezembro de 2017) no passivo circulante e R\$ 179.423 (R\$ 726.042 em 31 de dezembro de 2017) no passivo não circulante.

	Modalidade	Quantidade	Emissão	Vencimento	Encargos médios	Captação
BCBF Participações S.A.	2ª emissão	300	2018	2021	CDI + 2,25% a.a.	300.000
Notre Dame Intermédica Saúde S.A.	2ª emissão	350	2017	2019	108,5% do CDI	350.000

a) **Segunda emissão pública da BCBF Participações S.A.**
A Companhia captou em 23 de fevereiro de 2018, o montante de R\$ 300.000, por meio de emissão de 300 debêntures não conversíveis em ações, no valor nominal de R\$ 1.000, com esforços restritos de colocação, com o objetivo de refinanciamento do endividamento da Companhia.

O prazo total da emissão é de 3 anos contados da data de emissão, sendo que a remuneração será paga semestralmente, em que a primeira será em 23 de agosto de 2018 e a última em 23 de fevereiro de 2021. A atualização corresponde a uma sobretaxa de CDI (variação acumulada das taxas médias do CDI) + spread 2,25% a.a., base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP.

b) **Notre Dame Intermédica Saúde S.A.**
A Notre Dame Intermédica Saúde S.A. (Controlada da BCBF) captou, em 15 de dezembro de 2017, o montante de R\$ 350.000, por meio de emissão de 350 debêntures não conversíveis em ações, no valor unitário de R\$ 1.000, com esforços restritos de colocação, baseado na Instrução CVM no 476/2009, com o objetivo de refinanciamento do endividamento da Companhia, aquisições de sociedades, compras de novos equipamentos e reforço de capital de giro.

Em 15 de dezembro de 2017, captou o montante de R\$ 300.000, por meio de emissão de 300 debêntures não conversíveis em ações, no valor unitário de R\$ 1.000.

Em 21 de janeiro de 2018, captou o montante de R\$ 50.000, por meio da emissão de 50 debêntures não conversíveis em ações, no valor unitário de R\$ 1.000. O prazo total da emissão é de 2 anos contados da data de emissão, sendo que a remuneração será paga semestralmente, a primeira parcela foi paga em 15 de junho de 2018 e a última será em 15 de dezembro de 2019. A atualização corresponde a uma sobretaxa de 108,5% da variação acumulada das taxas médias do CDI, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP.

A movimentação das debêntures pode ser assim demonstrada:

Ano	BCBF		Intermédica		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Saldo em 31/12/2016	377.194	—	273.032	—	650.226	—
Captação por emissão de debêntures	—	—	300.000	—	300.000	—
Custos de captação	—	—	(996)	—	(996)	—
Juros creditados	43.550	—	33.866	—	77.416	—
Apropriação do custos	1.069	—	1.278	—	2.347	—
Pagamento principal	(44.001)	—	(54.540)	—	(98.541)	—
Juros pagos	(47.715)	—	(37.131)	—	(84.846)	—
Saldo em 31/12/2017	330.097	—	515.509	—	845.606	—
Captação por emissão de debêntures	300.000	—	50.317	—	350.317	—
Custo de captação	(1.494)	—	(167)	—	(1.661)	—
Juros Creditados	30.077	—	26.752	—	56.829	—
Apropriação do custos	3.006	—	5.436	—	8.442	—
Pagamento principal	(328.000)	—	(218.191)	—	(546.191)	—
Juros pagos	(25.904)	—	(29.370)	—	(55.274)	—
Saldo em 31/12/2018	307.782	—	350.286	—	658.068	—

A amortização do saldo das debêntures ocorrerá conforme cronograma abaixo:

Ano	Circulante		Não Circulante		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
12 meses	478.645	—	478.645	—	119.564	—
13 a 24 meses	—	—	119.505	—	423.716	—
25 a 36 meses	—	—	59.918	—	248.837	—
37 a 48 meses	—	—	—	—	53.489	—
	478.645	—	179.423	—	658.068	—

As debêntures possuem "covenants" financeiros e operacionais, sendo que o principal está relacionado com a manutenção da relação dívida líquida pelo EBITDA - Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, mensurado a cada três meses.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e a Notre Dame Intermédica Saúde encontravam-se adimplentes com os "covenants".

A Companhia entende que as debêntures estão registradas próximas de seu valor justo e classificadas como nível 2.

Garantias
A Notre Dame Intermédica Saúde S.A. e sua controladora possuem recursos aplicados suficientes para honrar com o cumprimento do contrato.

Conforme cláusula 7.11 do contrato de emissão de debêntures, o Agente Fiduciário se coloca como fiador para assegurar o cumprimento de todas e quaisquer obrigações, principal e acessórias, presentes e futuras, junto à Companhia.

21. PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Provisão de eventos/sinistros a liquidar para SUS

Provisão para eventos ocorridos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais

Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)

Provisão de prêmio/contraprestação não ganha (PPCNG)

Provisão para remissão

Circulante

Não circulante

a) **Provisão de eventos/sinistro a liquidar para o SUS**
Em 3 de junho de 1998, o Governo Federal promulgou a Lei nº 9.656, a qual prevê, em seu artigo 32, o ressarcimento ao SUS pelos serviços de atendimento à saúde prestados por instituições integrantes do Sistema Único de Saúde aos beneficiários de planos de saúde privados. A Companhia contesta as cobranças na esfera administrativa e judicial em razão de inúmeras irregularidades que impossibilitam a sua efetividade, dentre elas a falta de regulamentação sobre temas infraconstitucionais. Para tais demandas judiciais, a controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A. efetua depósitos judiciais para garantir o suposto débito. Conforme descrito na nota explicativa nº 14.

A Notre Dame Intermédica Saúde efetua o parcelamento do SUS junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar sendo a última parcela com vencimento para 27 de outubro de 2024.

	2018	2017
Saldo no início do exercício	343.971	329.491
Saldo adquirido	36.426	—
Avisos recebidos do SUS	3.990.884	3.702.783
Recuperação eventos SUS	(993.821)	(842.676)
Atualização monetária	(3.046.936)	(2.845.627)
Validação	330.524	343.971

b) **Provisão de eventos a liquidar está demonstrada a seguir:**
A provisão é referente a eventos/sinistros, que já tenham ocorrido e que já tenham sido avisados à Operadora.

	2018	2017
Saldo no início do exercício	343.971	329.491
Saldo adquirido	36.426	—
Avisos recebidos da rede credenciada líquidos de gastos	3.990.884	3.702.783
Gastos com rede própria classificada em eventos	(993.821)	(842.676)
Pagamentos efetuados para rede credenciada	(3.046.936)	(2.845.627)
Saldo no final do exercício	330.524	343.971

c) **Variações das provisões técnicas:**

Saldo em 31 de dezembro de 2016

Variações das provisões no exercício

Saldo em 31 de dezembro de 2017

Saldo adquirido (Grupo SAMED)

Saldo adquirido (Grupo Cruzeiro)

Variações das provisões no exercício

Saldo em 31 de dezembro de 2018

(i) - Provisão de eventos ocorridos e não avisados - PEONA, classificado no passivo circulante é apurado por meio de estudo atuarial (Nota Técnica) e objetiva fazer face ao valor estimado dos pagamentos de eventos assistenciais que já tenham ocorridos, mas que não tenham sido notificados à sua Controlada Notre Dame Intermédica Saúde.

(ii) - Provisão de prêmios e contraprestações não ganha - PPCNG, classificadas no passivo circulante, são receitas pertinentes a períodos de cobertura de meses posteriores.

(iii) - Provisão para remissão, classificado no passivo circulante e não circulante, são provisões para fazerem face às isenções de contraprestações pelos beneficiários, conforme o contrato.

22. OUTROS PASSIVOS

	2018	2017
Obrigações contratuais (a)	7.440	20.288
Depósito de terceiros	1.826	10.656
Recebimento antecipado cliente	8.692	8.384
Débitos diversos	9.295	7.979
Débitos de operações de assistência à saúde e não relacionados com planos	22.911	13.159
Total circulante	50.164	60.465
Obrigações contratuais (a)	197.022	115.101
Provisões de perda de benefícios com empregados	2.757	—
Adiantamento parceria banco	9.250	—
Outros	959	495
Recebimento antecipado cliente	—	318
Total não circulante	209.988	115.914
	260.152	176.379

(a) Obrigações contratuais
Referem-se a obrigações contratuais nas aquisições de empresas e transações com partes relacionadas com sua controladora Notre Dame Intermédica Saúde S.A., como demonstrado abaixo:

	Indexador	Vencimento	2018
--	-----------	------------	------



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2018 e 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

29. SEGMENTO OPERACIONAL

As atividades da Companhia e de suas controladas são organizadas nos segmentos de negócios na demonstração a seguir:

	31 de dezembro de						
	2018			2017			
	Saúde	Odontológico	Outros segmentos Consolidado	Saúde	Odontológico	Outros segmentos Consolidado	
Receita operacional líquida	5.924.523	210.694	—	6.135.217	5.117.577	—	5.304.923
Custos dos serviços prestados	(4.409.106)	(62.874)	—	(4.471.980)	(3.845.432)	—	(3.908.979)
Resultado bruto	1.515.417	147.820	—	1.663.237	1.272.145	—	1.395.944
Despesas administrativas	(613.113)	(26.292)	(4.838)	(644.243)	(531.099)	(28.174)	(583.643)
Despesas comerciais	(293.370)	(5.601)	—	(298.971)	(199.846)	(4.367)	(204.213)
Perdas com créditos de liquidação duvidosa	(38.540)	(3.184)	—	(41.724)	(56.229)	(93)	(56.362)
Outras receitas, líquidas	24.821	101	20.196	45.118	34.473	54	(5)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	595.215	112.844	15.358	723.417	519.444	91.219	(24.415)
Resultado financeiro	(4.838)	(19)	(30.560)	(35.417)	2.198	(82)	(43.902)
Resultado antes dos tributos sobre o Lucro	590.377	112.825	(15.202)	688.000	521.642	91.137	(68.317)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(209.470)	(16.645)	(302)	(226.417)	(174.955)	(16.645)	(33)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	380.907	96.180	(15.504)	461.583	346.687	74.492	(68.350)
Total de ativos	4.501.290	308.085	50.115	4.859.490	3.910.593	89.643	4.821.792
Total de passivos	4.501.290	308.085	50.115	4.859.490	3.910.593	60.752	2.077.281

	Consolidado					
	2018			2017		
	Saúde	Odontológico	Consolidado	Saúde	Odontológico	Consolidado
Eventos conhecidos ou avisados	(4.425.735)	(66.666)	(4.492.401)	(4.184.169)	(70.105)	(4.254.274)
(-) Glosa	—	—	—	307.888	3.335	311.223
(-) Co-participação	120.877	3.770	124.647	95.925	3.633	99.558
Sistema Único de Saúde - SUS	(16.933)	—	(16.933)	(5.258)	—	(5.258)
Depreciações e amortizações	(37.002)	—	(37.002)	(27.384)	—	(27.384)
Varição da provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	(50.258)	(33)	(50.291)	(32.434)	(410)	(32.844)
	(4.409.051)	(62.929)	(4.471.980)	(3.845.432)	(63.547)	(3.908.979)

30. PARTES RELACIONADAS

Em 21 de maio de 2014, a Companhia celebrou um Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria (Advisory Agreement) com a Bain Capital por um prazo de 10 (dez) anos. Nos termos deste Contrato, a Bain Capital se comprometeu a prestar serviços de consultoria e apoio às atividades desempenhadas pela administração da Companhia e suas subsidiárias. Conforme disposto no Contrato de Prestação de Serviço, com a conclusão do IPO, a Companhia tem a obrigação de pagar, a título de rescisão de contrato, a quantia de US\$12.000 (Termination Fee). Durante o segundo trimestre de 2018, a Companhia efetuou o pagamento no montante de R\$ 45.971 registrado na rubrica contábil "Despesas Administrativas - Serviços de Terceiros".

Em 15 de dezembro de 2017, a Controlada BCBF celebrou contrato de mútuo com seu executivo, com vencimento do contrato para julho de 2019 e sendo corrigido pelo IPCA e acrescido de juros de 3% a.a. O valor corrigido é de R\$ 12.650 em 31 de dezembro de 2018 (12.294 em 31 de dezembro de 2017).

A remuneração dos principais administradores das controladas, que compreendem empregados com autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades, é composta de remuneração e gratificações de curto prazo, cujo montante registrado em 30 de setembro de 2018 foi de R\$ 40.146 (R\$ 34.059 em 30 de setembro de 2017).

31. COMPROMISSOS

Companhia e suas controladas possuem compromissos basicamente relativos a contratos de locação de imóvel comercial, hospitais e clínicas médicas, com os respectivos vencimentos a seguir:

	31 de dezembro de	
	2018	2017
Consolidado	116.047	196.239
Até um ano	622.670	598.309
Mais de um ano e até cinco anos	242.399	242.948
Acima de cinco anos	981.116	1.037.496

32. COBERTURA DE SEGUROS

As controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância. Os seguros são contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades.

A DIRETORIA

CONTADOR: Josué Laurentino da Silva - CRC 1SP 256.620/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Conselho de Administração, Acionistas e Administradores
BCBF Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BCBF Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da BCBF Participações S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Combinações de negócios

Durante o exercício de 2018, a Companhia e sua controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A. adquiriram as empresas do Grupo Cruzeiro do Sul e do Grupo SAMED. Estas transações foram contabilizadas pela aplicação do método de aquisição. A aplicação do método de aquisição requer, entre outros procedimentos, que a Companhia determine a data de aquisição efetiva do controle, o valor justo da contraprestação transferida, o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos e a apuração do ágio por expectativa de rentabilidade futura ou ganho por compra vantajosa na operação. Tais procedimentos envolvem, normalmente, um elevado grau de julgamento e a necessidade de que sejam desenvolvidas estimativas de valores justos baseadas em cálculos e premissas relacionadas ao desempenho futuro do negócio adquirido e que estão sujeitos a um elevado grau de incerteza.

Em razão do alto grau de julgamento relacionados, e ao impacto que eventuais alterações nas premissas poderiam ter nas demonstrações financeiras, consideramos este um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos relacionados às combinações de negócio incluíram, entre outros, a leitura dos documentos relacionados à transação, tais como contratos e atas e a obtenção das evidências que fundamentaram a determinação da data de aquisição do controle e a determinação do valor justo da contraprestação transferida. Com auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, analisamos a metodologia utilizada para mensuração a valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos e avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas e cálculos efetuados confrontando, quando disponíveis, com informações de mercado, bem como avaliamos a análise de sensibilidade sobre as principais premissas utilizadas e os impactos de possíveis mudanças em tais premissas sobre os valores justos apurados e sua relevância em relação às demonstrações financeiras como um todo. Com base nas informações analisadas, efetuamos ainda o recálculo da determinação do ágio por rentabilidade futura apurado na operação e identificamos um ajuste de auditoria indicando a necessidade de realocação de valores entre o ativo intangível identificado como carteira de clientes e o valor alocado como ágio por rentabilidade futura, o qual foi ajustado pela Companhia. Dada a imaterialidade dos montantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referido ajuste de auditoria não resultou em mudança em nossa estratégia de auditoria. Também avaliamos a adequação das divulgações apresentadas pela Companhia.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados sobre os efeitos contábeis das combinações de negócios, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis as políticas contábeis de combinação de negócios da Companhia para suportar os julgamentos e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Provisões para eventos ocorridos e não avisados - Peona

A controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A. possui passivos relacionados a eventos ocorridos e não avisados que, conforme mencionado na nota explicativa 21, requerem a constituição de uma provisão baseada em nota técnica atuarial através da estimativa de eventos/sinistros que já tenham ocorridos e que não tenha sido registrado contabilmente por essa controlada. O cálculo atuarial é baseado no histórico de notificações recebidas dos prestadores de serviços, que avisam a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos recebidos até a data do balanço regulamentada pela Agência Nacional de Saúde ("ANS") conforme Resolução Normativa 393/2015.

Consideramos este um assunto relevante de auditoria devido à complexidade dos modelos de avaliação dos passivos atuariais, que contemplam a utilização de premissas complexas de longo prazo e altamente subjetivas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Dentre outros procedimentos, analisamos, com o suporte de nossos especialistas atuariais, a metodologia e as principais premissas utilizadas pela administração na avaliação das obrigações atuariais decorrentes da Peona, verificando a exatidão matemática do cálculo e analisando a consistência dos resultados face aos parâmetros utilizados e às avaliações anteriores. Como resultado desse procedimento, identificamos um ajuste de auditoria indicando a necessidade de complemento nos saldos da Peona, o qual foi registrado pela Companhia. Dada a imaterialidade dos montantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referido ajuste de auditoria não resultou em mudança em nossa estratégia de auditoria. Também fez parte dos procedimentos de auditoria, testes das bases de dados cadastrais utilizadas nas projeções atuariais e a suficiência das divulgações relacionadas à Peona.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a Peona, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos nos seus critérios e premissas de avaliação das obrigações atuariais adotadas pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 21, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Avaliação de redução ao valor recuperável ("impairment") do ágio ("goodwill") registrado

Conforme descrito na nota explicativa 17, em 31 de dezembro de 2018 os ativos da Companhia contemplavam o reconhecimento de ágios por expectativa de rentabilidade futura gerados em aquisições no montante de R\$ 796.861 mil, sendo formado por ágios apurados na aquisição de diversas empresas e do controle do Grupo Notre Dame Intermédica. O valor recuperável do ágio é analisado anualmente nos termos das práticas contábeis aplicadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). A avaliação e a necessidade ou não de registro de provisão para perda ao valor recuperável é suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios e orçamento preparados pela Companhia e aprovados em seus níveis de governança. Devido à relevância do valor do ágio, às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas de fluxos de caixa futuros descontados a valor presente, e pelo impacto que eventuais alterações das premissas de taxas de desconto e de crescimento das vendas no período de projeção e na perpetuidade poderia gerar nos valores registrados nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Itens	Tipo de Cobertura	Importância Segurada
Edifícios, Instalações, máquinas, móveis, utensílios e estoques	Incêndio (Inclusive decorrente de Tumultos, Greves e Lock-out) Queda de raio, Explosão de qualquer natureza e queda de Aeronaves, danos elétricos, equipamentos arrendados e cedidos a terceiros, RD equipamentos móveis e fixos, queda de vidros, despesas fixas (6 meses), perdas/pagamentos de aluguel (6 meses), roubo/furto qualificado de bens, vândalo, impacto de veículos até fumaça, desmoroamento, equipamentos eletrônicos, objetos portáteis (território nacional), roubo de medicamentos.	R\$ 390.115
D&O	Responsabilidade civil, diretores, administradores e conselheiros	R\$ 843.517
Responsabilidade Civil	Responsabilidade civil operações	R\$ 12.106
Frota de Veículos	Compreensiva, danos materiais, danos corporais, equipamentos móveis	100% Tabela FIPE por veículo
Funcionários	Seguro de Vida em Grupo	Variável conforme faixa salarial e limite máximo R\$48.132

Seguro Garantia Garantias sobre contratos de clientes

33. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

a) Aquisição Grupo Mediplan Saúde

Em 22 de outubro de 2018 a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) aprovou por meio do ofício nº 83/2018/ASSNT - DIOPE/DIRAD-DIOPE/DIOPE a aquisição do grupo Mediplan pelo Grupo Notre Dame Intermédica.

Em 18 de julho de 2018, em continuação ao plano de expansão do Grupo Notre Dame Intermédica foi assinado o acordo de intenção de compra do Grupo Mediplan Sorocaba, localizado na região de Sorocaba, no estado de São Paulo.

Esta aquisição está aguardando a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa do Consumidor (CADE).

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Incorporação - Hospital e Maternidade Nova Vida S.A. e Med Vida Assistência Médica Hospitalar Ltda.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 20 de dezembro de 2018, foi aprovado o Protocolo de incorporação e justificação para incorporação das empresas Hospital e Maternidade Nova Vida S.A. e Med Vida Assistência Médica Hospitalar Ltda. pela controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A. O Laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil das empresas foi emitido em 27 de dezembro de 2018 por empresa independente.

A incorporação ocorreu em 2 de janeiro de 2019 com objetivo de racionalizar e unificar as atividades administrativas, bem como conquistar ganhos e sinergia operacional. Tendo em vista que a empresa pertence ao Grupo Notre Dame Intermédica.

b) Terceira emissão pública de Debêntures

A Companhia captou em 9 de janeiro de 2019, o montante de R\$ 900.000, por meio de emissão de 900 debêntures não conversíveis em ações, no valor nominal de R\$ 1.000, com esforços restritos de colocação, baseado na Instrução CVM nº 476/2009, com o objetivo de refinanciamento do endividamento da Companhia, aquisições de sociedades, compras de novos equipamentos e reforço de capital de giro.

O prazo total da emissão é de 4 anos contados da data de emissão, sendo que a remuneração será paga em 4 parcelas, sendo o primeiro pagamento no 30º (trigésimo) mês contado a data de emissão em que o primeiro pagamento será em 10 de julho de 2021 e o último em 10 de janeiro de 2023. A atualização corresponde a uma sobretaxa de CDI (variação acumulada das taxas médias do CDI) + spread 1,75% a.a., base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP.

c) Aquisição Grupo Green Line

Em 24 de janeiro foi concluída a aquisição do Grupo Green Line, o Grupo Notre Dame Intermédica assumiu o controle das empresas do Grupo em 24 de janeiro de 2019.

O valor da aquisição é de R\$ 1.165.205, conforme contrato assinado e foi paga em 24 de janeiro 2019, uma parcela à vista de R\$ 948.425 e permanecerá uma parcela retida até 25 de janeiro de 2025, no montante de R\$ 220.000 para fazer face às contingências oriundas do período que antecedeu a data do fechamento conforme determinado em cláusula contratual. A Companhia está providenciando conforme requerimentos do CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, através de empresa independente o Laudo de identificação para os ativos tangíveis e intangíveis na aquisição do Grupo Green Line, composto pelas empresas Green Line, Laboratório Bio Master, Hospital Braz e Pronto Socorro Itamaraty.

Contraprestação 1.168.425
(-) Parcela retida (220.000)
948.425

A aquisição foi aprovada em 24 de janeiro de 2019 a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) aprovou por meio do ofício nº 8/2019/ASSNT-DIOPE/DIRAD-DIOPE/DIOPE, a aquisição do Grupo Green Line.

Em 14 de dezembro de 2018 a transação havia sido aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa do Consumidor (CADE) por meio do ato de concentração 08700.005704/2018-21.

d) Incorporação - Samed Serviços de Assistência Médica, Odontológica e Hospitalar S.A e Largent Participações S.A.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 28 de fevereiro de 2019, foi aprovado o Protocolo de incorporação e justificação para incorporação das empresas Samed Serviços de Assistência Médica, Odontológica e Hospitalar S.A e Largent Participações S.A. pela controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A. O Laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil das empresas foi emitido em 28 de fevereiro de 2019 por empresa independente.

A incorporação ocorreu em 02 de março de 2019 com objetivo de racionalizar e unificar as atividades administrativas, bem como conquistar ganhos e sinergia operacional. Tendo em vista que a empresa pertence ao Grupo Notre Dame Intermédica.

e) Incorporação - Laboratório de Análises Clínicas Pedro Bonelli Ltda. e Demas Participações S.A.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 28 de fevereiro de 2019, foi aprovado o Protocolo de incorporação e justificação para incorporação das empresas Samed Serviços de Assistência Médica, Odontológica e Hospitalar S.A e Largent Participações S.A. pela controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A. O Laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil das empresas foi emitido em 28 de fevereiro de 2019 por empresa independente.

A incorporação ocorreu em 02 de março de 2019 com objetivo de racionalizar e unificar as atividades administrativas, bem como conquistar ganhos e sinergia operacional. Tendo em vista que a empresa pertence ao Grupo Notre Dame Intermédica.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Como parte dos nossos procedimentos de auditoria, dentre outros, envolvemos nossos profissionais especialistas em avaliação para nos auxiliar nas análises sobre as projeções de resultados e avaliação de redução ao valor recuperável do ágio registrado. Também, efetuamos testes sobre essas projeções, que incluíram, principalmente: i) teste das informações financeiras projetadas utilizadas; ii) comparação das premissas e metodologias utilizadas com a respectiva indústria e cenário econômico financeiro do ambiente nacional; e iii) análise do uso de método de avaliação e de informações externas.

Adicionalmente, avaliamos as divulgações nas demonstrações financeiras com relação à avaliação de redução ao valor recuperável do ágio registrado. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a avaliação de redução ao valor recuperável do ágio registrado, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de avaliação de redução ao valor recuperável adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 17, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ambiente de tecnologia

O processamento das transações da Companhia e suas controladas são dependentes da sua estrutura de tecnologia para o desenvolvimento de suas operações e para a continuidade de seus processos de negócios.

A não adequação do ambiente de controles gerais de tecnologia e de seus controles dependentes poderia acarretar em processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras e, por esse motivo, consideramos essa área significativa para nossa auditoria.

Como a nossa auditoria conduziu esse assunto

No contexto de nossa auditoria, com o auxílio dos nossos especialistas, aplicamos procedimentos de avaliação do ambiente de tecnologia da informação da Companhia, incluindo a avaliação da implementação e eficácia operacional dos controles automatizados dos sistemas aplicativos, tendo sido identificadas deficiências relacionadas ao processo de gestão de acessos e mudanças das aplicações de TI relacionadas.

As deficiências no desenho e na operação dos controles internos relativos aos controles gerais de tecnologia alteraram nossa avaliação quanto à natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obter evidências suficientes e adequadas de auditoria. Nossos testes do desenho e da operação dos controles gerais de TI e dos controles de aplicativos considerados relevantes para os procedimentos de auditoria efetuados forneceram uma base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras, e incluem a administração e o Comitê de Auditoria da Companhia.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.